

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
MESTRADO PROFISSIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**REFLORESTAMENTO DA TERRA ÍNDIGENA SETE DE SETEMBRO: UMA  
MUDANÇA DA PERCEPÇÃO E DA CONDUTA DO POVO PAITER SURUI DE  
RONDÔNIA?**

Chicoepab Suruí

Orientador: Prof. Dr. Henyo Trindade Barreto Filho  
Coorientadora: Profa. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira

Brasília - DF, julho de 2013.

Suruí, Chicoepab

**Reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro: uma mudança da percepção e da conduta do povo Paiter Suruí de Rondônia?** / Chicoepab Suruí.

Brasília, 2013.

63 p. : il.

Relatório de Pesquisa. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Suruí. 2. Reflorestamento. 3. Terra Indígena. 4. Gestão Ambiental. I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias deste trabalho e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte deste Relatório de Pesquisa pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

---

Chicoepab Suruí

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**Reflorestamento da Terra Indígena Sete de Setembro: uma mudança da percepção e da conduta do povo Paiter Suruí de Rondônia?**

**Chicoepab Suruí**

Relatório de pesquisa submetido ao Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre Profissional em Desenvolvimento Sustentável junto a Povos e Terras Indígenas.

Aprovado por:

---

Henyo Trindade Barreto Filho, Doutor (CDS-UnB)  
Orientador

---

Othon Henry Leonardos, Doutor (CDS-UnB)  
Examinador Interno

---

Cloude de Sousa Correia, Doutor (IEB)  
Examinador Externo

Brasília - DF, 29 de julho de 2013.

Dedico ao *Ikon* (em memória), de saudosa memória.

Com gratidão e reconhecimento, *Paueika*, incentivadora e torcedora maior em toda minha vida.

Apesar das dificuldades, eles ofereceram oportunidades muito além do que podiam para fazer minha felicidade.

A *Nauama* companheira cuidadosa e preocupada ao perguntar:  
amor está faltando muito para escrever, qualquer coisa estou aqui...

## AGRADECIMENTOS

À SEPPIR  
CNPq  
MINC  
USAID  
IEB  
Associação Metareilá  
Henyó Trindade Barreto  
Mônica Nogueira  
*(Muito obrigado por tudo)*

**Aos da mata**  
Palob (Deus)  
Urariwe Suruí  
Gasodá Suruí  
Aildo Suruí  
Fabrício Suruí  
João Lawad Suruí  
Indira Suruí  
Almir Suruí  
Hiago Suruí  
Marcela Suruí

**Aos da cidade**  
Othon Leonardos  
Cloude Correia  
Elisama Dias  
Andréia Bavaresco  
Ivaneide Bandeira  
Thomas Pizer  
Andrew Nevins  
Maria Barcellos  
Simone Gonçalves

## RESUMO

O presente relatório apresenta os resultados de pesquisa realizada junto ao meu povo, *Paiter Suruí*, sobre o Projeto *Pamine*, um projeto que teve início em 2003 com o objetivo de reflorestar áreas degradadas e enriquecer áreas de floresta nativa da Terra Indígena Sete de Setembro, na fronteira dos estados de Rondônia e Mato Grosso. *Pamine* significa, na língua Paiter Suruí, renascer, o ato de refazer algo pela ação do homem. O nome foi escolhido para representar o processo de renascimento da floresta com a ajuda humana. Um renascimento não só das árvores plantadas pelo projeto, mas também da caça, das frutas, do meio ambiente, como era conhecido pelos Paiter Suruí, antes do desmatamento. A pesquisa teve como objetivo conhecer a percepção dos participantes do projeto Pamine sobre a importância do reflorestamento, as dificuldades enfrentadas e perspectivas futuras. A pesquisa também esteve atenta aos conflitos gerados na política interna dos Paiter Suruí, com críticas, resistências e ações contrárias ao projeto. As entrevistas realizadas com participantes do projeto revelam que o contato com a sociedade nacional trouxe grandes mudanças para vida dos Paiter Suruí. O fator principal da mudança foi o desmatamento, que trouxe a diminuição do território, inclusive extinguindo recursos naturais. Mas também mudou o uso da floresta entre os Paiter Suruí, pois a interação com a sociedade nacional levou à dependência econômica e, logo, à sua mercantilização, com o envolvimento dos Paiter Suruí na extração ilegal de madeira. Diante desse contexto, o reflorestamento tem permitido o resgate de outros sentidos atribuídos à floresta pelos Paiter Suruí e de sua importância para a saúde, a educação e a cultura, além de constituir-se em alternativa de renda, agora, em bases sustentáveis e de forma legal.

**Palavras-chave:** Suruí; Reflorestamento; Terra Indígena; Gestão Ambiental.

## **ABSTRACT**

This report presents the results of research carried out with my people, Paiter Suruí, about Pamine Project, a project that began in 2003 with the goal to reforest degraded areas and enrich native forest areas of Sete de Setembro Indigenous Land, between of the states Rondonia and Mato Grosso. Pamine means, in the language Paiter Suruí, reborn, the act of remaking something. The name was chosen to represent the process of rebirth of the forest with human help. A renaissance not only the trees planted by the project, but also hunting, the fruit, the environment, as it was known for the Paiter Suruí before of the deforestation. The research objective was to know the perception of Pamine project participants about the importance of reforestation, the difficulties encountered and future prospects. The research was also attentive to conflicts generated in the internal politics of the Paiter Suruí with criticism, resistance and actions against the project. The interviews with project participants shows that contact with the national society brought great changes to the lives of Paiter Suruí. The main factor of change was the deforestation, which led to the demise of the territory, including the natural resources extinction. But also changed the use of the forest by Paiter Suruí because the interaction with the national society caused to economic dependency and hence its commodification, with the involvement of the Paiter Suruí in illegal logging. In this context, reforestation has allowed the rescue of other meanings attributed to the forest by the Paiter Suruí and its importance to health, education and culture, as well as being in alternative income now and in a sustainable and the way legal.

**Keywords:** Suruí; Reforestation; Indigenous Land; Environmental Management

## **LISTA DE SIGLAS**

COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

COOPAVAM - Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer

CSF - Conservation Strategy Fund

CUNPIR - Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia

DAP - Diâmetro a Altura do Peito

ECAM - Equipe de Conservação da Amazônia

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ONG - Organização Não Governamental

POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PPGAS - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

SEDUC - Secretária de Estado de Educação - Rondônia

SESAI - Secretária Especial de Saúde Indígena

TI - Terra Indígena

UFV - Universidade Federal de Viçosa

UnB - Universidade de Brasília

USAID - United States Agency for International Development

USP - Universidade de São Paulo

## LISTA DE FIGURAS E TABELA

Figura 1 - Mapa de desmatamento no entorno e na Terra Indígena Sete de Setembro, Rondônia, 2012	28
Figura 2 - Mapa de etnozoneamento da TI Sete de Setembro, 2003	31
Figura 3 - Sistema de Governança do Povo Paiter Suruí	36
Figura 4 - Imagem satélite da Aldeia Lapetanha, 2012	43
Figura 5 - Imagem satélite da Aldeia PIN Paiter, 2012	44
Figura 6 - Imagem satélite da Aldeia Joaquim, 2012	45
Tabela 1 - Lista de entrevistados	18
Tabela 2 - Importância das árvores por espécies	53

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Histórico de minhas motivações	11
Materiais e procedimentos metodológicos	15
CAPÍTULO 1	
O PROJETO PAMINE NO HISTÓRICO RECENTE PAITER SURUÍ	21
1.1 O Povo Paiter Suruí	21
1.2 O contato	23
1.3 Dependência econômica e a extração ilegal de madeira	27
1.4 Organização para o enfrentamento	29
1.5 Os projetos	30
1.6 O projeto Pamine	32
1.7 Mudanças no plano político: o Parlamento Paiter Suruí	35
CAPÍTULO 2	
O QUE PENSAM OS PARTICIPANTES DO PROJETO PAMINE	39
2.1 Caracterização das aldeias selecionadas para este estudo	39
2.1.1 População e composição clânica das aldeias	39
2.1.2 Economia	40
2.1.3 Política	42
2.1.4 Áreas de reflorestamento nas aldeias	43
2.2 A percepção de participantes do projeto sobre o Pamine	45
2.2.1 O contato, dependência econômica e o desmatamento	45
2.2.2 A natureza em si é importante na vida dos povos indígenas	50
2.2.3 Dificuldades e conflitos	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

## INTRODUÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados de pesquisa realizada junto ao meu povo, *Paiter Suruí*, sobre o Projeto *Pamine*, um projeto que teve início em 2003 com o objetivo de reflorestar áreas degradadas e enriquecer áreas de floresta nativa da Terra Indígena Sete de Setembro, na fronteira dos estados de Rondônia e Mato Grosso.

*Pamine* significa, na língua Paiter Suruí, renascer, o ato de refazer algo pela ação do homem. O nome foi escolhido para representar o processo de renascimento da floresta com a ajuda humana. Um renascimento não só das árvores plantadas pelo projeto, mas também da caça, das frutas, do meio ambiente, como era conhecido pelos Paiter Suruí antes do desmatamento.

O Projeto Pamine foi elaborado pela Associação Metareilá, organização do clã *Gamebey* – um dos quatro clãs do povo Paiter Suruí – e contou com o apoio financeiro inicial da Associação Aquaverde e, mais tarde, da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development* - USAID), além de doações menores de diversos outros parceiros.

A pesquisa teve como objetivo conhecer a percepção dos participantes do projeto Pamine sobre a importância do reflorestamento, as dificuldades enfrentadas e perspectivas futuras. A pesquisa também esteve atenta aos conflitos gerados na política interna dos Paiter Suruí, com críticas, resistências e ações contrárias ao projeto.

Para alcançar esse objetivo, realizei entrevistas semi-dirigidas e observação participante junto a participantes do projeto Pamine, adultos e jovens envolvidos diretamente com suas atividades. Também revisei documentos do projeto (relatórios, avaliações) e outros documentos da Associação Metareilá, organização responsável pelo projeto. Para dar conta dos conflitos gerados e refletir sobre as críticas e resistências de parte dos Paiter Suruí ao projeto, acompanhei debates sobre o tema em redes sociais (como Facebook), focos e notícias de jornal.

### **Histórico de minhas motivações**

Eu, Chicoepab Suruí, Paiter Suruí, sou filho de Ikon Suruí e de Paueika Suruí, nascido na Aldeia Sete, hoje chamada também Aldeia *Nambekop-*

*abalaquiwa*<sup>1</sup>, na Linha 12<sup>2</sup>, na Terra Indígena Sete de Setembro (ou *Paiterey Karah*, que significa Terra dos *Paiterey*, o plural de *Paiter*). Pertença da família clânica *Gamep*<sup>3</sup>.

Nós, conhecidos como os Surui de Rondônia, nos autodenominamos *Paiter*, que significa “gente de verdade”, “nós mesmos” (MINDLIN, 1985, p. 13). Hoje, meu povo prefere ser chamado *Paiter Surui*, forma, portanto, que adotarei ao longo deste relatório.

Juntamente com outros povos indígenas da região, como os Cinta-Larga, Zoró e Gavião, falamos uma língua do tronco Tupi, da família Mondé. Tivemos contato com a sociedade nacional<sup>4</sup> pela primeira vez há apenas 43 anos. Este contato inaugurou um período de assentamento de nós *Paiter Suruí*, originalmente um povo semi-nômade. A construção da BR 364, rodovia que liga São Paulo ao Acre (CÂNDIDO, 2012, p. 49), reduziu as terras de nossos ancestrais e a nossa população, que foi atingida por muitas doenças trazidas pelos não-índios. Nosso território foi reduzido a aproximadamente cerca de 248.000 hectares, na Terra Indígena (TI) Sete de Setembro. Quase todo o entorno da TI foi desmatado por fazendeiros, pequenos colonos e madeireiros, que vieram para o Estado de Rondônia, na década de 70. Como resultado dessa migração, meu povo tem vivido, desde essa data, uma série de problemas, como invasões de madeireiros e o arrendamento do território. Nos últimos anos, o reflorestamento vem sendo

---

<sup>1</sup>Significa na língua *Paiter Suruí*: “lugar aonde foi pendurado os facões”, numa referência ao processo de atração dos *Paiter Suruí* por agentes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em 1969. Marimop e Weitang *Suruí* contam (em entrevista realizada em 2010) que próximo a essa aldeia, os não-índios penduraram facões e outros objetos, como espelhos e panelas, para atrair os *Paiter Suruí*.

<sup>2</sup>As linhas, nessa região de Rondônia, referem-se às estradas abertas por projetos de colonização e expansão fronteiriça.

<sup>3</sup>O povo *Paiter Suruí* hoje divide-se em quatro clãs: *Gamep*, *Makor*, *Gabgir* e *Kaban*. A memória do meu povo é de que tinha mais clãs no passado, que foram dizimados, após o contato com os não-índios. Retomarei esse ponto no Capítulo 1, ao relatar a memória sobre o contato.

<sup>4</sup> O termo “sociedade nacional” é aqui utilizado para se referir ao sistema político da burocracia nacional brasileira, para diferenciar do termo “não-índio”. No texto, pode-se entender o termo não-índio como referente a qualquer indivíduo que integra a sociedade brasileira e não se reconhece como parte de nenhuma das etnias indígenas existentes no território nacional. “Nós tivemos o primeiro contato com os não-índios antes de 1969. Ocorriam contatos paralelos e, em 1969, ficou oficializado e passou a haver contato quase todo dia, mas antes a gente não via não-índio todo dia, quando morava na floresta” (comunicação pessoal de Chicoepab *Suruí* em BAVARESCO, 2011, p. 16). Waiói foi um dos primeiros *Paiter Suruí* a estabelecer contato com os não-índios. Waiói era um *Paiter Suruí* guerreiro e famoso, do clã *Kaban*, casado com uma mulher do clã *Gabgir*. Ele contava para os demais *Paiter Suruí* que os não-índios tinham hora certa para comer, possuíam panelas, facões e armas de fogo (MINDLIN, 2007, p. 147). Os relatos de Waiói dão provas de que o contato dos *Paiter Suruí* com grupos e indivíduos não-índios antecedeu a chegada da expedição da FUNAI à região, em 1969, marco do contato com a sociedade nacional.

experimentado por nós, Paiter Suruí, como alternativa para reverter esse processo de degradação que avança sobre nosso território.

No final de 2005, eu me inseri no movimento indígena local, especificamente do meu povo, para atuar junto à nossa organização - que, na época, era chamada Fórum Paiter Suruí, que por dificuldades administrativas, foi extinta em 2008. Em 2009, fui convidado por Almir Suruí para a Associação Metareilá, como Diretor de Comunicação. Atualmente exerço o cargo de Coordenador do Meio Ambiente, nessa organização. Desde que entrei na Metareilá, tenho participado do projeto de reflorestamento Pamine, na articulação da política interna do projeto com demais coordenadores, embora não participe diretamente das atividades em campo. Também desde o ato de minha inscrição no Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas, na Universidade de Brasília (UnB), em janeiro de 2011, tinha a ideia de estudar a experiência do meu povo Paiter Suruí com o reflorestamento, preocupado em identificar as mudanças de atitude geradas pelo projeto, com o olhar para a preservação da natureza e também com vistas a uma alternativa de renda. No decorrer dos encontros e aulas, surgiram outras ideias, oportunizando trocar o meu tema de pesquisa. A partir do segundo módulo do curso passei a pensar cada vez mais na mudança do tema para "economia sustentável", como uma proposta ou contribuição para meu povo, ao desenvolvimento econômico regional e, se é que se pode falar, nacional. A curiosidade me foi despertada pela experiência do meu povo Paiter Suruí, que tem demonstrado facilidade de usar tecnologia moderna para preservar a nossa cultura e assim desenvolver formas de planejamento de longo prazo.

Mesmo com essa ideia, não fiquei satisfeito completamente, pois sempre surgiam dúvidas de como realizar entrevistas com os não-índios e o material disponível sobre o assunto não era suficiente para realizar esse estudo. Uma das alternativas seria realizar essas entrevistas, mas havia uma dificuldade em como seriam feitas, dada a atual situação dos indígenas em Rondônia, em conflito com madeireiros e meeiros que ocupam e exploram o território indígena. Sendo pesquisador indígena, pensei que não seria bem recebido pela população não-índia da região. Pensando nessa dificuldade, retomei a proposta inicial da pesquisa, sobre o projeto de reflorestamento Pamine e sua contribuição para o povo Paiter Suruí, de Rondônia.

Apresentei a proposta de pesquisa ao Parlamento Suruí<sup>5</sup>, com vistas a obter seu consentimento para o desenvolvimento do estudo e ouvir sugestões em relação aos rumos que esse poderia tomar. A proposta foi bem recebida pelo Parlamento, que entendeu ser importante investigar as mudanças promovidas a partir do trabalho de reflorestamento. O projeto inicial não previa uma avaliação dessa natureza. Em conversas com vários Paiter Suruí, antes de iniciar a pesquisa, ouvi muitos dizerem que o projeto tinha ajudado no reconhecimento do valor da floresta e da nossa própria cultura pelos jovens. O valor da floresta em duplo sentido: o do olhar indígena, da preservação da vida, do alimento e dos medicamentos, mas também o do olhar não-índio, que costuma enfatizar o valor econômico da floresta. Esses relatos me animaram a estudar mais a fundo as mudanças de percepção e conduta dos Paiter Suruí a partir do projeto, com o objetivo de confirmar ou não as mudanças apontadas ou ainda descobrir outras.

A pesquisa, assim, pretendeu identificar e descrever as mudanças geradas pelo projeto Pamine de reflorestamento. Em linhas gerais, a pesquisa revela que o projeto propiciou uma maior consciência ambiental aos Paiter Suruí diretamente envolvidos na execução do Pamine. No contato com seus apoiadores, os Paiter Suruí também aprenderam que o reflorestamento contribui globalmente com ações que podem minimizar o impacto no e do clima. O projeto também tem gerado expectativas de uma alternativa de renda. Isso porque quando o projeto foi criado já tinha alguns Paiter Suruí envolvidos com a exploração ilegal de madeira e o arrendamento de pastos para os fazendeiros (Euler *et. al.*, 2008). Por isso, muitas áreas foram reflorestadas com espécies que são consideradas madeira de lei e que estavam em processo de extinção. O plantio, então, tinha o objetivo também de mudar esse quadro e oferecer uma alternativa para os Paiter Suruí envolvidos com o corte ilegal de madeira, primeiro oferecendo uma ajuda de custo às famílias que trabalharam no reflorestamento, depois no estudo de outras possibilidades de geração de renda na TI Sete de Setembro, como a produção de artesanato.

---

<sup>5</sup> Atualmente a maior instância política do povo Paiter Suruí. Descrevo a composição e funções do Parlamento Suruí no Capítulo 1 deste relatório.

## **Materiais e procedimentos metodológicos**

Para a realização da pesquisa foram adotados como procedimentos metodológicos: a observação direta, a realização e análise de entrevistas e a pesquisa documental e bibliográfica.

Realizei levantamento bibliográfico durante os módulos de aulas do mestrado e do processo de elaboração do texto para obter informações suficientes para o desenvolvimento do trabalho. Analisei as informações coletadas para buscar a discussão do objeto da pesquisa, o projeto de reflorestamento, e se este realmente contribuiu para a mudança entre os Paiter Suruí, com relação ao meio ambiente.

Foram analisados também materiais já produzidos pelo projeto Pamine (texto do projeto, relatórios e sistematização), o tempo de vínculo das famílias com o projeto, as informações que circulam nas redes sociais, (comentários de participantes e não-participantes sobre o projeto e seus resultados) os trabalhos de pesquisadores acadêmicos Paiter Suruí e o meu próprio conhecimento sobre o projeto de reflorestamento da T.I. Sete de Setembro.

Realizei ainda observação direta em atividades do projeto, apliquei questionários com perguntas abertas junto a três participantes do projeto e transcrevi e analisei entrevistas realizadas em 2010 pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), para fins de sistematização do projeto Pamine. A seguir, descrevo em ordem cronológica as atividades de pesquisa desenvolvidas.

No dia 07 de maio de 2012, apresentei a proposta de pesquisa ao Parlamento Suruí, com vistas a obter seu consentimento para o desenvolvimento do estudo e ouvir sugestões em relação aos rumos que este poderia tomar. Na ocasião, era reunião ordinária e não houve sugestão quanto ao tema a ser estudado, mas sim apenas concordância com o proposto.

Em julho de 2012, estabeleci contato com Cloude Correia, pessoa responsável por entrevistas já realizadas na elaboração de uma publicação no âmbito do Consórcio Garah Itxa<sup>6</sup> sobre o projeto de reflorestamento Pamine (BAVARESCO *et al.*, 2011). Cloude trabalha no Instituto Internacional de Educação

---

<sup>6</sup> É um consórcio em parceria com Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, Conservation Strategy Fund (CSF – Brasil), Associação Kanindé de Defesa Etnoambiental, Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), com apoio da United States Agency for International Development (USAID). Na língua do povo Paiter Suruí, Garah Itxa significa “juntos com a floresta” “estar com a floresta”.

do Brasil (IEB), como coordenador do Consórcio. Conversamos sobre a possibilidade de recuperar as entrevistas. Recebi de Cloude 15 entrevistas (em áudio), envolvendo 20 participantes do projeto, entre homens e mulheres, conforme descrição na Tabela 1, a seguir. As entrevistas foram realizadas no mês de outubro de 2010. Essas pessoas são dos clãs Gamep, Gabgir e Kaban, associados e diretores das associações: Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, Associação Instituto Florestal Yabner Gabgir do Povo Indígena Suruí, Associação do Povo da Floresta Kabaney e Associação Garah Pãneh do Povo Kabaney Paiter Suruí. Em agosto de 2012, dediquei-me à transcrição de parte dessas entrevistas. A maioria das entrevistas estava em português, algumas poucas em Paiter Suruí, que foram traduzidas por Urariwe Suruí, no momento da entrevista.

Foi prevista uma visita *in loco* a partir do mês de agosto para a realização de entrevistas com os *parentes*<sup>7</sup> indígenas, para produção de dados e informações, garantindo a participação e visão de todos envolvidos com o projeto Pamine. A visita seria registrada em relatório e gravações. Mas, devido a conflitos entre nós, indígenas, e madeireiros na região, com ameaças de mortes a algumas lideranças, não foi realizado como havia sido planejado. Os parentes críticos ao projeto também acusavam os seus executores de serem responsáveis pelo clima de tensão, o que fez ser mais difícil realizar a atividade de campo nesse período, já que eu queria pesquisar o projeto e também sou da Associação Metareilá, organização do projeto<sup>8</sup>. Só após a minimização dos conflitos, no início do mês de dezembro, foi possível a realização das visitas em campo.

Por outro lado, foi ao perceber as divisões dos parentes e críticas ao projeto Pamine que tive a ideia de acompanhar também as manifestações, fofocas, conversas e comentários nas rede sociais de pessoas (inclusive entre os próprios Paiter Suruí) que são críticas e que não estão envolvidas no projeto de reflorestamento.

O projeto de pesquisa também foi apresentado em seminário do mestrado, em setembro de 2012. A banca de avaliação formada pelos professores do curso recomendaram selecionar 3 aldeias entre as 10 que integram o projeto de reflorestamento Pamine (do total de 25 aldeias da TI Sete de Setembro). O critério

---

<sup>7</sup>O termo “parente” é aqui utilizado para designar outros indígenas, principalmente aqueles que são Paiter Suruí como eu.

<sup>8</sup>Os conflitos em torno do projeto Pamine serão melhor relatados no Capítulo 2.

de escolha foi temporal, ou seja, o tempo de vínculo da aldeia ao projeto. A primeira aldeia escolhida foi aonde se iniciou o projeto, Aldeia Lapetanha, Linha 11, que tem longa experiência com a iniciativa. Essa é também a aldeia em que mora família do Almir Suruí, líder do povo Paiter Suruí e coordenador da Associação Metareilá. Por essa razão, a maior parte dos eventos do projeto Pamine acontecem na Aldeia Lapetanha. Como eu trabalho na Associação Metareilá, participei desses eventos, tendo mais acesso à Aldeia Lapetanha. A segunda aldeia, a Aldeia PIN Paiter, Linha 09, foi a que aderiu ao projeto a meio caminho, ou seja, em 2006 (conforme entrevista de Luiz Mopilabatem concedida a Cloude Correia, em 2010). A última aldeia foi a mais recente no projeto, Aldeia Joaquim, Linha 11.

Em outubro de 2012, elaborei um roteiro para a realização de novas entrevistas, que foi enviado ao meu orientador, Henyo Barreto, para suas sugestões. Tinha planos de realizar novas entrevistas diretas para complementar as recuperadas junto ao IEB. A expectativa era realizar entrevistas com pessoas (homens e mulheres) envolvidas diretamente ou indiretamente com o projeto. As entrevistas seriam feitas com um questionamento inicial comum a todos, com pequena mudança no roteiro, caso a pessoa fosse mulher ou homem ou jovem para saber a percepção de cada um sobre o projeto. Essa etapa foi bastante prejudicada devido aos conflitos existentes entre os Paiter Suruí e madeireiros, que impediram a realização de grande parte das entrevistas.

De todo modo, também iniciei, em outubro, as análises de materiais disponíveis sobre o projeto Pamine: a sistematização do projeto publicada (BAVARESCO *et. al.*, 2011), informações que circularam sobre o projeto nas redes sociais (Facebook, Twitter e Orkut) e matérias jornalísticas do período, bastante críticas ao projeto, os trabalhos de pesquisadores também sobre o projeto e outras iniciativas do meu povo, como a dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) de Nathália Thaís Cosmo da Silva, "A interface entre o desenvolvimento na Amazônia e as comunidades indígenas: uma análise dos diferentes processos vivenciados pelos Surui" e o projeto de pesquisa de doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (PPGAS-USP) de Nicodeme Costia de Renesse, "Um universo compartilhado – circulação e articulação do conhecimento nas práticas de comunicação Paiter Suruí (Rondônia)".

Em novembro, recebi o retorno do orientador sobre roteiro da entrevista com suas sugestões. Segui fazendo revisão de bibliografia sobre experiências de reflorestamento dos indígenas Ashaninka do Acre, desenvolvimento sustentável e alternativa de renda nas terras indígenas.

Só em dezembro veio a acontecer visita a campo, por causa dos conflitos que nós, indígenas Paiter Suruí, temos na nossa região com os madeireiros, incluindo ameaças de morte. Realizei uma visita na Aldeia Joaquim, na Linha 11. Na oportunidade, pude entrevistar João Lawad Suruí, 48 anos, Coordenador do Instituto Florestal Yabnner Gabgir do Povo Indígena Suruí, do clã Gabgir.

No mesmo mês, foi aplicado questionário a fim de coletar de dados, com: Gasoda Suruí, 33 anos, clã Gamep, da aldeia PIN Paiter, Diretor de Cultura da Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí e Arildo Gapame Suruí, 33 anos, clã Gamep, da Aldeia Lapetanha, Secretário Geral da Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí. O questionário foi enviado por email aos dois, que tinham problemas de agenda para dar entrevista pessoalmente. Abaixo, segue um quadro, relacionando as entrevistas consideradas pela pesquisa, além de dados gerais, como nome dos entrevistados, clã, data e local de realização da entrevista e responsável por ela.

Tabela 1 – Lista de entrevistados

<b>N°</b>	<b>Nome do entrevistado</b>	<b>Aldeia/Local</b>	<b>Clã</b>	<b>Data</b>	<b>Quem realizou</b>
01	Luiz Mopilabatem Suruí	Aldeia PIN Paiter – Linha 09	Gamep	09.09.2010	Cloude Correa (IEB)
02	Carlos Leonardo da Silva	Cacoal	Não Paiter Suruí	09.09.2010	Cloude Correa (IEB)
03	Chicoepab Suruí	Aldeia PIN Paiter – Linha 09	Gamep	09.09.2010	Cloude Correa (IEB)
04	Arildo Gamapé Suruí	Aldeia Lapetanha – Linha 11	Gamep	09.09.2010	Cloude Correa (IEB)
05	João Lawad Suruí	Aldeia Joaquim – Linha 11	Gabgir	09.09.2010	Cloude Correa (IEB)
06	Almir Narayamoga Suruí	Aldeia Lapetanha – Linha 11	Gamep	09.09.2010	Cloude Correa (IEB)

07	Celso Natin Suruí	Aldeia Joaquim – Linha 11	Kaban	10.09.2010	Cloude Correa (IEB)
08	Marimop Suruí (pai do Almir)	Aldeia Lapetanha – Linha 11	Gamep	10.09.2010	Cloude Correa (IEB)
09	Weitãg Suruí (mãe do Almir)	Aldeia Lapetanha – Linha 11	Kaban	10.09.2010	Cloude Correa (IEB)
10	Agamenon Gamakaka Suruí	Aldeia Lapetanha – Linha 11	Gamep	10.09.2010	Cloude Correa (IEB)
11	Elza Gopodxio Suruí	Aldeia Lapetanha – Linha 11	Kaban	10.09.2010	Cloude Correa (IEB)
12	Eliane Romuy Suruí	Aldeia Iratana – Linha 10	Gamep	10.09.2010	Cloude Correa (IEB)
13	Iratana Eulipe Suruí	Aldeia Iratana – Linha 10	Gamep	10.09.2010	Cloude Correa (IEB)
14	Romero Mopidapenen Suruí	Aldeia Apoena Meireles - MT	Kaban	11.09.2010	Cloude Correa (IEB)
15	Naraiel Paiter Suruí	Aldeia Apoena Meireles - MT	Kaban	11.09.2010	Cloude Correa (IEB)
16	Francisco Meireles Suruí	Aldeia Apoena Meireles - MT	Kaban	11.09.2010	Cloude Correa (IEB)
17	Tomé Hoëiwai Suruí	Aldeia Apoena Meireles - MT	Kaban	11.09.2010	Cloude Correa (IEB)
18	Miguel Suruí	Aldeia Apoena Meireles - MT	Gamep	11.09.2010	Cloude Correa (IEB)
19	Naraietigon Suruí	Aldeia Apoena Meireles - MT	Gamep	11.09.2010	Cloude Correa (IEB)
20	Itabira Suruí	Aldeia Apoena Meireles – MT	Kaban	11.09.2010	Cloude Correa (IEB)
21	João Lawad Suruí	Aldeia Joaquim – Linha 11	Gabgir	09.12.2012	Chicoepab Suruí
22	Arildo Gapamé Suruí	Aldeia Lapetanha – Linha 11	Gamep	20.12.2012	Chicoepab Suruí
23	Gasodá Suruí	Aldeia PIN Paiter – Linha 09	Gamep	23.12.2012	Chicoepab Suruí

Não consta entre os entrevistados nenhuma pessoa do clã Makor, porque na época em que as entrevistas foram realizadas o clã ainda não participava do projeto. Os Makor foram integrados ao Pamine, entre fins de 2012 e o começo de 2013.

A partir dos dados coletados, comecei a fazer a redação deste relatório de pesquisa. Também tenho planos de, ao final, realizar um encontro coletivo para devolução dos dados aos participantes do projeto Pamine, aonde darei um feedback, com as seguintes afirmações e questionamentos durante o encontro para facilitar as conversas: *Eu vi isso aqui no projeto! Como vocês vêem? Como era antes? Como é hoje? O que houve de mudança?* Esse tipo de diálogo acontece muito nas nossas comunidades indígenas: rodas de conversa são coisas culturais. Por isso, acho que é uma boa forma de apresentar os resultados da pesquisa para meus parentes.

Este relatório encontra-se dividido em dois capítulos. O primeiro relata a história recente do meu povo, a partir do contato com os não-índios e suas consequências, como o desmatamento. Descreve também as iniciativas tomadas pelo meu povo para mudar esse quadro, especialmente o projeto Pamine, objeto do estudo. O segundo capítulo analisa os dados da pesquisa, as características das aldeias selecionadas, as entrevistas com participantes do projeto e as críticas dirigidas ao projeto nas redes sociais e em entrevista concedida a uma TV local. Assim, esse último capítulo discute como os participantes do projeto, nas três aldeias estudadas, percebem o projeto Pamine, seus resultados e dificuldades, mas também reflete sobre a oposição de alguns Paiter Suruí ao projeto. Os dois capítulos são seguidos por Considerações Finais da pesquisa.

# CAPÍTULO 1

## O PROJETO PAMINE NO HISTÓRICO RECENTE PAITER SURUÍ

### 1.10 Povo Paiter Suruí

Nós, conhecidos como os Suruí de Rondônia, nos autodenominamos *Paiter*, que significa “gente de verdade”, “nós mesmos” (MINDLIN, 1985, p. 13). Mais recentemente, preferimos nos apresentar como Paiter Suruí.

A Terra Indígena Sete de Setembro (ou *Paiterey Karah*), onde, hoje, vivem os Paiter Suruí, está localizada em uma região entre estados: ao norte do município de Cacoal (estado de Rondônia) até o município de Rondolândia (estado do Mato Grosso). Juntamente com outros povos indígenas da região, como os Cinta-Larga, Zoró e Gavião, falamos uma língua do tronco Tupi, da família Mondé.

Numa região coberta por floresta de terra firme amazônica, o meu povo vivia tradicionalmente em grandes malocas feitas com folhas de palmeira babaçu, onde residiam famílias extensas. Hoje, essas malocas foram substituídas por casas de alvenaria.

A economia tradicional Paiter Suruí era baseada na agricultura de corte-e-queima de espécies como milho, batata-doce, mandioca, cará e amendoim, além da caça e da coleta de mel, frutos, palmitos e amêndoas, também um pouco de pesca.

Os Paiter Suruí sempre se organizaram socialmente e politicamente em torno do parentesco, por linhagens clânicas. Antes do contato com a sociedade nacional, havia mais de 4 clãs entre nós, Paiter Suruí, tais como, Agoy Pep (uma espécie de árvore), Agoy Kir, Watâr (outra espécie de árvore), Kaler (borboleta) e Mãp (castanheira). Esses clãs foram dizimados durante as tentativas de contato, conforme o relato do senhor Marimop Suruí (2010), em entrevista concedida a Cloude Correia, com o apoio do tradutor Urariwe:

Então ele coloca que tinham vários grupos, né? Aqui, ele cita: Gamep, Kaban, Makor e Gabgir e outro ele fala: Watâr, Kaler, Agoy. Na época, dentro desse processo todo, alguns grupos conflitava e acabou sendo, dizimado, né? Entre eles mesmo, e principalmente na época do contato, os outros também foram dizimados. E, hoje, os que existe são porque esses grupos tinha mais números de pessoas. Eles nunca tiveram. Então, esses grupos que foram dizimados, era pouco, né? Então, com esse impacto eles facilmente foram dizimados, né? (...)

Hoje, encontram-se entre nós, quatro clãs: Gamep, Makor, Gabgir e Kaban. O clã é composto por grupo de pessoas da mesma linhagem de parentesco - no caso do meu povo, uma linhagem que se estabelece pelo pai, ou seja, trata-se de

uma organização patrilinear do parentesco. As atividades de modo geral (agricultura, festas, rituais, roçada, caça) se desenvolvem em torno da família clânica. Quando há uma festa ou ritual, o meu povo se divide em grupos, metades de base clânica, para atividades de organização da festa. Geralmente os clãs Gamep, Gabgir e Makor têm aproximação de parentesco entre si e, por esse motivo, podem se reunir para formar uma metade. O clã Kaban, diferentemente, é bastante numeroso, mas não tem proximidade de parentesco com os outros clãs e, por isso, nunca compõe uma metade com os outros clãs. Marimop explica a razão porque o clã Kaban é diferente: "É assim: a formação dos Gamep [é] de casamento dos próprios [Paiter] entre os Paiter mesmo. Agora, dos Kaban, eles colocam que é um casamento do índio Paiter com uma mulher Cinta-Larga. Então essa formação, ela se formou e criou o clã Kaban, é com outra etnia, né?" (entrevista concedida em 2010).

Não pode haver uma relação de casamento entre membros de um mesmo clã ou com clãs que tenham grande aproximação de parentesco, como Gamep e Gabgir. O casamento da jovem com o tio materno ainda é uma tradição entre nós, embora haja casamentos que fujam à regra. Na maioria das vezes, a menina é comprometida pelos pais, desde o nascimento. A pessoa do clã Gamep pode se casar apenas com a pessoa com clã Kaban. A pessoa do Kaban, por sua vez, pode se casar com pessoas de qualquer um dos outros três clãs: Gabgir, Makor ou Gamep. A pessoa do clã Gabgir pode se casar com a pessoa do clã Kaban e Makor, e o Makor, com o Gabgir e Kaban.

Meu povo tinha prática de fazer, anualmente, uma grande festa, que é *Mapimai* (a festa da criação do mundo) e que durava quase 2 meses. O povo se dividia em dois grupos ou duas metades: o grupo de *Iwai* (dono da chicha, bebida consumida durante a festa) e o grupo de *metare* (o grupo que saía para estabelecer acampamento na mata, enquanto o grupo Iwai preparava a chicha). O grupo de Iwai era responsável pelo preparo da bebida, tendo que coletar cará, mandioca e milho na roça - por isso, Mindlin (1985) fala no grupo de roça e no grupo da mata, nessas ocasiões. O preparo da bebida geralmente durava uma semana, que depois de pronta era guardada em troncos ocos, taquara e panelas de barro. Os Iwai se preocupavam com a quantidade, pois todos deveriam sair satisfeitos da festa. O grupo convidado (Metare) deveria tomar toda a bebida feita, por isso muitos ficavam bêbados. Pouco antes do início da festa, os convidados (Metare) ajudavam os que ofereciam a bebida (Iwai) a fazer roçada. Após a festa, os Iwai e os Metare faziam

uma caçada que durava 2 ou 3 dias. Na noite seguinte, após a caçada, toda a comunidade era convidada a comer a caça. Cada pessoa do grupo de Iwai escolhia um par para quem poderia oferecer bebida, que na maior parte das vezes correspondia ao seu cunhado. Se não tivesse cunhado escolhia-se um parente mais próximo. No fim da festa, cada um dos convidados (Metare) presenteavam a pessoa que havia lhe oferecido bebida, com artefatos, como colares e cocares.

Uma festa como Mapimaí era convocada sempre por lideranças do grupo e reforçava os laços entre os clãs Paiter Suruí. Mas, atualmente meu povo não tem praticado muito as atividades culturais e rituais. Até porque não existe mais um líder espiritual entre nós, um Pajé, devido à grande influência de religiões cristãs. Apenas a Aldeia Joaquim, da Linha 11, desde maio de 2010, vem praticando a Feira Cultural, uma iniciativa do Clã Gabgir. O objetivo da Feira Cultural é oferecer "umas das alternativas econômicas sustentáveis para Clãs Gabgirey, onde ocorre a venda de matéria-prima tirada da natureza como sementes, cordas, panela de barro, comida e bebidas típicas Paiter Suruí e outros" (INSTITUTO YABNER, 2013). Essa mesma aldeia realizou, também em 2012, a encenação da festa de Mapimaí, a pedido dos Gamebey. Mas foram apenas 2 dias de festa. Hoje é difícil para os Paiter Suruí dedicar-se a atividades culturais como o Mapimaí. A rotina da escola nas aldeias, o fato de muitas pessoas entre nós atuar como servidores do Estado (especialmente Agentes de Saúde e Professores) nos impede, muitas vezes, de participarmos dessas atividades. De todo modo, observa-se nessas iniciativas um esforço de retomada de práticas rituais e valorização da cultura Paiter Suruí.

## **1.2 O contato**

Embora o contato oficial entre os Paiter Suruí e a sociedade nacional tenha ocorrido no dia 7 de setembro de 1969, a memória do meu povo informa que houve antes outras tentativas de contatos com os Paiter Suruí, muitas vezes armadas.

os mais velhos, né, fala hoje que nosso povo já foi contato antes de 7 de setembro. É, de 69, né? Então, eles não sabem que ano que foi o primeiro contato, mais eles fugiram - eles, que eu digo, são os Paitér - eles fugiram de novo, né? Porque os brancos judiaram muito eles, né? Inclusive os clã, né? O Paitér tinham mais, um número maior de clãs, né? Então, aqui, os brancos estavam em guerra com os outros povos indígenas. É, isso ajudou a diminuir, né? Então, assim, esse primeiro contato foi muito ruim pros Suruí, porque eles conseguiram acabar com, eu acho, aproximadamente uns 6, 7 clãs, né? Aí, quais são esses clãs? A gente pode é levantar, junto com os indígenas mais velhos, né? Lá na aldeia amanhã, né? Então, assim, aí no acontecimento dessa história, os Suruí voltaram de novo pra floresta, né? E, após aquele momento, eles já sabiam que existia o branco, né? Aí,

começaram a brigar com os brancos também, porque eles queriam vingar com o que aconteceram com o povo dele antes, né? Aí, voltaram de novo pra floresta tal, né? E também agente num sabe mais ou menos quanto tempo eles ficaram entre esses intervalos, né, dentro da floresta, né? Aí, veio outro contato nesse dia 7 de setembro de 69. (Entrevista concedida por Almir Suruí, em 2010).

O relato de Almir Suruí informa sobre contatos extraoficiais, anteriores ao de 7 de setembro de 1969, no entanto, não se sabe ao certo informar o ano desses contatos, que ocorreram na aproximação do meu povo de acampamentos ou pequenos núcleos de povoamento não-índios na região entre o Mato Grosso e Rondônia. Os Paiter Suruí rejeitaram esses contatos devido aos maus tratos recebidos da parte das pessoas do contato. Antes desses primeiros contatos, havia um maior número de clãs, mas devido às matanças morreram muitas pessoas, chegando a extinguir vários clãs, como afirma o trecho de entrevista acima.

Devido a esses confrontos, os Paiter Suruí recuaram para regiões menos habitadas na floresta, rejeitando os primeiros contatos, mas já sabendo da existência dos não-índios. Então começou por parte dos Paiter Suruí um desejo de vingança por aquilo que havia acontecido a seu povo, o que motivou novas guerras. Depois desses confrontos, voltaram para a floresta e ficaram lá até o contato oficial de 7 de setembro. Não se tem conhecimento, entre nós, qual o intervalo entre esses contatos. Nesse período, os mais velhos contam que também havia encontros e desencontros com outros povos indígenas, que guerreavam entre si, gerando mortes de ambas as partes. Havia confrontos por causa do território ou simplesmente por estranhamento. Dessa forma é que os Paiter Suruí vieram parar na região de Rondônia, fugindo da perseguição dos outros povos indígenas e dos não-índios. Os mais velhos contam que vieram da região de Mato Grosso, especialmente do município de Juína. É provável que tenha havido, nesse trajeto, o confronto com povos como os Rikbaktsa, os Cinta Larga, Zóro e Gavião e outros que ainda hoje não sabemos identificar de forma precisa.

De fato, desde o final do século XIX, a região de Rondônia (na época, Território Guaporé, pois o estado de Rondônia ainda não havia sido criado<sup>9</sup>) passou a ser destino de muitos migrantes, devido à exploração da borracha, ao início da construção da Ferrovia Madeira-Mamoré e à instalação das linhas telegráficas por

---

<sup>9</sup>Criado em 1943, o Território Federal do Guaporé foi composto por partes desmembradas dos estados do Amazonas e Mato Grosso. Em 1956, passou a ser chamado Território Federal de Rondônia e, somente em 1982, tornou-se o estado de Rondônia.

Rondon. O contato do Povo Paiter Suruí com a sociedade nacional foi resultado da expansão das frentes de desenvolvimento econômico do país e com isso, cada vez mais, o território ficou menor e sem espaço para fuga. Havia conflitos constantes entre os Paiter Suruí e os não-índios. Consta em nossa memória que, a partir desses conflitos, foram feitas denúncias ao governo de que havia povo indígena na região, razão porque foi enviado o grupo de expedição da FUNAI para fazer contato, chefiado pelo sertanista Francisco Meirelles.

O contato oficial se deu após uma longa e paciente troca de presentes. Inicialmente, os homens Paiter Suruí se aproximaram com certo receio, sem expor mulheres, velhos e crianças aos desconhecidos que pareciam amigos. Aos poucos, se tornaram mais confiantes, mas mantiveram a grande aldeia Paiter Suruí distante e protegida. No ano de 1971, meu povo foi vitimado pela primeira epidemia de sarampo, mais da metade de nossa população cruzou os caminhos do *Maraimepeter* (o caminho pelo qual cruzam os espíritos dos mortos na cosmologia Paiter Suruí). Sem saber como enfrentar essa situação, meu povo se aproxima definitivamente do acampamento da expedição de contato em busca de socorro para os que ainda se encontravam vivos. Isso aconteceu quase três anos depois do início do contato com a expedição de contato da FUNAI.

Epidemias de sarampo, gripe e tuberculose seguiram-se ao contato. As epidemias não só mataram muitas pessoas entre nós, mas abalaram profundamente a organização social do meu povo, que tornou-se, assim, muito dependente dos serviços da FUNAI. Em entrevista, Almir Suruí (2010) lembra esse período:

nesse contato de 69, aí, não foi a guerra de arma de fogo, não. Aí, foi epidemias que meu povo pegou, né? Como: gripe, sarampo, tuberculose e outros, né? Isso quase acabou com os Suruí. Então, é isso. De 2 anos, depois do contato, né? E, segundo as informações que a gente chegou, aproximadamente, entre 290 a 250 pessoas que ficou vivos, com essas epidemias. Em 83, 84 a pesquisa da UNESCO já dizia que era possível o povo Suruí sumir, né? Então, isso foi grande preocupante pra nós, né? E ainda, talvez foi muito preocupante pra nossa liderança, que estava tomando aquela época, né? Porque naquela época eu ainda tinha 7 anos, né?

Entre as década de 1970 e 1980, colonos, vindos de outros estados, avançavam sobre o nosso território Paiter Suruí. O Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA) abriu linhas de acesso para o interior do estado de Rondônia: Linha 15, Linha 14, Linha 13, Linha 12, Linha 11, Linha 10, Linha 9, Linha 8 e Linha 7. Essas foram as linhas que, criadas no município de Cacoal, facilitaram o

ingresso dos colonos ao território do povo Paiter Suruí. Mindlin afirma que o Governo Federal tinha planos, em 1982, de assentar, no estado de Rondônia, de 13 a 15 mil famílias de colonos (1984/5, p. 204).

Os colonos, através das linhas, passaram a ocupar o território que posteriormente foi demarcado e homologado como terra indígena pelo governo federal. Após a demarcação, meu povo foi à frente com esses colonos, na luta, apenas com arco e flecha, para desocupação do nosso território. Na época, éramos apenas 250 pessoas. Segundo Almir Suruí, aproximadamente 80 homens Paiter Suruí foram enfrentar 1.000 famílias dos colonos. Pode-se imaginar que não era na base do diálogo, mas uma guerra civil, os Paiter Suruí com arcos e flechas, de um lado, e os colonos, do outro, com armas de fogo. Houve morte dos dois lados, dos Paiter Suruí e dos colonos. Então, a Força Nacional foi convocada pelo Governo Federal para vir e tentar minimizar os conflitos em torno das frentes de invasão da Terra Indígena. A Cruz Vermelha também veio ajudar as vítimas dessa guerra civil que se estabeleceu na região. O caso ganhou projeção nacional, devido à sua gravidade.

A demarcação da Terra Indígena Sete de Setembro ocorreu em 1976, mas sua homologação somente sete anos depois, pelo Decreto n. 88.867 (BRASIL, 1983). O nome dado à Terra Indígena Sete de Setembro foi proposto pela FUNAI, homenageando a data do primeiro contato entre os Paiter Suruí e a sociedade nacional, em 1969. Por algum tempo, a primeira aldeia também levou o nome Sete (Aldeia Sete de Setembro) pelos Paiter Suruí e a FUNAI. Como já mencionei, nas imediações dessa aldeia, o grupo de expedição de contato da FUNAI pendurava objetos de metal para o meu povo, em sinal de paz (MINDLIN, 2007, p. 228). Por isso, essa aldeia é também chamada *Nambekop-abalaquiwa*, ou “o lugar onde os facões foram pendurados”.

Após a desintrusão de nosso território, as famílias Paiter Suruí migraram para os finais das linhas que atravessam a TI, para tomar posse das lavouras de café deixadas pelas famílias de colonos, que antes ocupavam a área. Com essa migração, houve o surgimento de novas aldeias, havendo de duas ou até quatro aldeias no final de cada linha. Assim, para exemplificar, no final da Linha 12 temos duas aldeias: Aldeia Nambekop-abalaquiwa (a Aldeia Sete) e a Aldeia *Mauira*. De acordo com Maria do Carmo Barcelos, "a divisão de várias aldeias pode ser de grande utilidade para a proteção do território, apesar de não terem sido criadas

como esta visão e objetivo" (METAREILÁ, 2010, p. 40). Afinal, o fim das linhas localiza-se justamente nas fronteiras da Terra Indígena, áreas mais vulneráveis à invasão de colonos e também de madeireiros. As três aldeias consideradas nesta pesquisa (Lapetanha, Joaquim e PIN Paiter) foram criadas nesse contexto.

### **1.3 Dependência econômica e a extração ilegal de madeira**

A partir de 1960, mais e mais migrantes vieram para Rondônia, atraídos pelas frentes de desenvolvimento do Estado brasileiro. Meu povo perdeu, então, grande parte de seu território original, estendido muito além dos 248.146,92 hectares que hoje compõem a superfície da Terra Indígena Sete de Setembro. Junto com a perda do território, perdemos também nossas reservas naturais de matérias-primas utilizadas como alimento, remédio, para fazer nossas casas e artesanato.

As famílias Paiter Suruí que ocuparam os cafezais deixados pelos colonos tinham a expectativa de, com o café, se inserirem no mercado regional. Mas a concentração de trabalho nos cafezais prejudicou a roça e a produção de alimentos, a pesca, a caça e a coleta. Tal situação resultou em quase total dependência em produtos industrializados na alimentação, dados pela FUNAI ou comprados com o dinheiro obtido da venda do café.

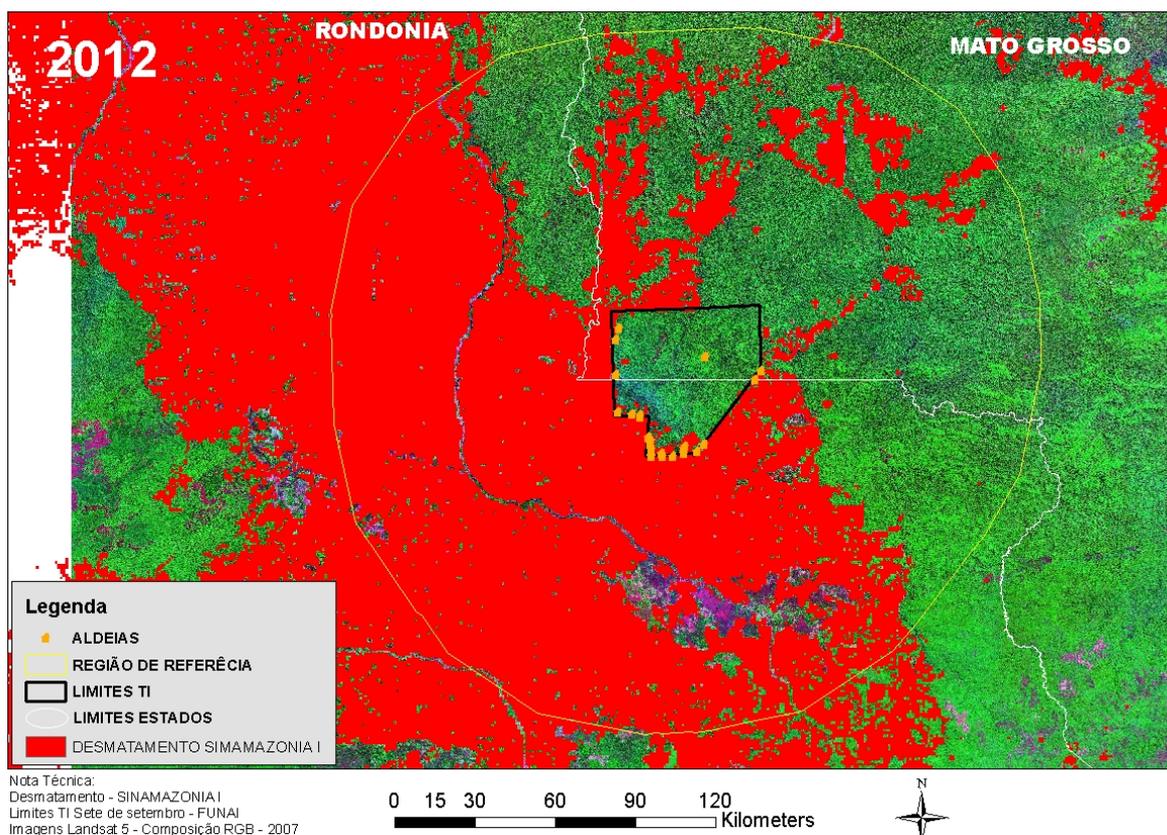
Grande parte dos relatos analisados nesta pesquisa apontam para a dependência econômica dos Paiter Suruí em relação aos não-índios, como sendo uma das principais consequências do contato: "É no contato que a gente ganhava presente, tesoura, facão, panela, cachorro. A FUNAI deu pra agradar. Quando a gente acostumou, eles falaram que não: - Não vou te dar mais, vocês precisa trabalhar" (entrevista concedida por Itabira Suruí, na Aldeia Apoena Meirelles, em 2010).

A dependência econômica fez com que alguns Paiter Suruí se envolvessem com o corte ilegal de madeira. A exploração predatória de madeira na TI Sete de Setembro, como em outras áreas indígenas no estado de Rondônia, começou depois da implantação do POLONOROESTE, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, financiado pelo Banco Mundial, para pavimentação da BR 364. Finalizada a obra, o Programa deixou as áreas indígenas em situação muito ruim, sem recursos para a manutenção da infraestrutura implantada e para a continuidade dos atendimentos nas áreas de saúde e educação que havia iniciado.

Nesse contexto, o assédio de madeireiros e garimpeiros se acentuou e, através da própria FUNAI, foram feitos contratos ilegais de comercialização de madeiras em várias Terras Indígenas no estado de Rondônia, inclusive na Terra Indígena Sete de Setembro.

Abaixo, segue um mapa demonstrando o desmatamento em torno e em parte da TI Sete de Setembro, até 2012. Pode-se ver que o desmatamento (área em vermelho) é intenso em torno da TI e avança sobre ela, na parte sul, aonde encontram-se as aldeias Lapetanha, PIN Paiter e Joaquim, consideradas nesta pesquisa sobre o Projeto Pamine. No lado direito do mapa, em que o desmatamento é menor, na fronteira Noroeste da TI Sete de Setembro, encontram-se as Terras Indígenas Zoró, Cinta-Larga e Gavião.

**Figura 1 - Mapa de desmatamento no entorno e na Terra Indígena Sete de Setembro, Rondônia, 2012**



Na parte sul da TI, aonde encontra-se o maior desmatamento dentro de nossas terras, é aonde estavam antes os cafezais instalados pelos colonos, nas linhas abertas pelo INCRA. Essas linhas, que facilitaram a entrada dos colonos no

passado, também facilitaram a entrada de madeireiros anos mais tarde. Sem alternativas econômicas, muitos Paiter Suruí também se envolveram com o corte ilegal de madeira, dentro da TI.

Vale esclarecer que, no entorno, após o desmatamento por madeireiros, as áreas desmatadas foram ocupadas, em grande parte, por fazendas de gado. Além do envolvimento com o corte ilegal de madeira, alguns Paiter Suruí envolveram-se com a criação de gado ou arrendaram terras para meeiros, nas áreas de fronteira da TI Sete de Setembro, ampliando os riscos de novas invasões ao nosso território e os conflitos entre os próprios Paiter Suruí.

#### **1.4 Organização para o enfrentamento**

As articulações políticas para desintrusão da TI Sete Setembro, primeiro dos colonos, mas depois e principalmente dos madeireiros, implicaram em inúmeras viagens à Capital Federal. Nessas viagens, meu povo tomou conhecimento do movimento indígena nacional, especialmente a União das Nações Indígenas, dirigida por Ailton Krenak, na época. Esse conhecimento de outras articulações levou os líderes do meu povo a pensar em criar a Organização Metareilá do Povo Indígena Suruí. Foi discutido pelas nossas lideranças que era/é necessário criar organização para deixarmos conflito de arco, flecha e espingarda. Hoje, precisamos de uma organização constituída juridicamente, como uma ferramenta de diálogo para defender direitos em todos os níveis, das políticas públicas nacionais e internacionais, e assim garantindo para nossa população, em crescimento, a proteção do território. A ideia da criação da Associação Metareilá surgiu em 1988, sendo registrada no dia 14 de fevereiro de 1989. "Fizemos grande assembléia, porém poucos Paiter Suruí falavam muito mal em português. Também vieram a pedidos do meu povo, liderança Pedro Garcia, da FOIRN<sup>10</sup> para nos ajudar. Na época, tinha fundado há pouco tempo a FOIRN" (Almir Suruí, em entrevista concedida a Cloude Correia em 2010). Assim, foi criada a Metareilá, com objetivo de defender o interesse dos Paiter Suruí, de dialogar e participar também do movimento indígena nacional, na construção das políticas públicas que realmente atendessem aos interesses dos povos indígenas.

---

<sup>10</sup>Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, que reúne 89 associações indígenas de base, representando cerca de 750 aldeias da região do Rio Negro, Amazonas. Foi criada em 1987.

A partir daquele momento da criação, os líderes Paiter Suruí começaram a mobilizar outros povos indígenas em Rondônia, através da nossa experiência. Divulgando que é necessário criar uma organização para participar do movimento indígena estadual e nacional. Assim, meu povo auxiliou na criação de novas associações indígenas em Rondônia, como Associação Pamaré, do povo indígena Cinta-Larga (que não está mais em funcionamento) e a Associação Karitiana. Mas, principalmente, mobilizaram e articularam a criação do movimento indígena estadual, a Articulação dos Povos Indígenas de Rondônia, hoje chamada CUNPIR - Coordenação da União dos Povos Indígenas de Rondônia.

Houve momentos em que a Metareilá quase ficou desativada e com muitas dívidas. Depois, foi criada outra organização, o Fórum Paiter Suruí, com a expectativa de que fosse uma instância maior, reunindo todos os clãs para discutir um plano de 50 anos para o povo Paiter Suruí. Mas o Fórum foi desativado, em poucos anos, por má administração. Durante o seu funcionamento, o clã Gamep conseguiu apoio financeiro para quitar dívidas da Metareilá, que passou a ser administrada pelos Gamebey. Com o fim do Fórum, outros clãs criaram suas próprias associações.

Tendo quitado suas dívidas, a Metareilá pôde retomar as suas atividades, tornando-se assim a proponente do projeto de reflorestamento, liderado pelo clã Gamep, seguido por outros projetos maiores, como o Projeto Florestal Carbono Suruí, o Projeto de Castanha, o Projeto de Artesanato, o Projeto de Ecoturismo e hoje começa o diálogo sobre a criação de uma universidade indígena do Brasil. Note-se que grande parte dos projetos estão articulados à perspectiva de gerar alternativas econômicas para os Paiter Suruí, já que esse é um dos maiores desafios para o meu povo hoje.

### **1.5 Os projetos**

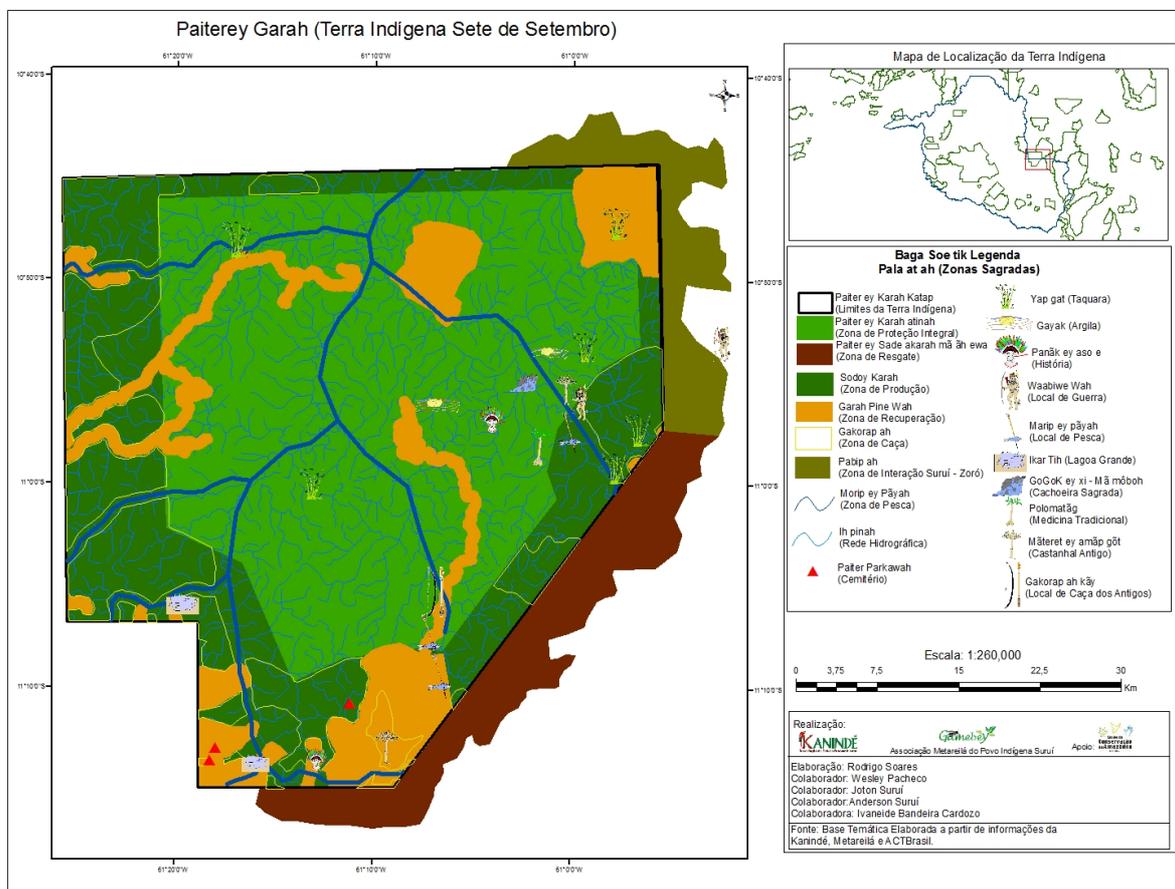
Diante da devastação de nosso território, iniciamos discussões, por meio da Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí, de como criar novas estratégias de diálogo com a realidade enfrentada e com a política desenvolvimentista do governo federal. Essa discussão resultou na necessidade de realização do diagnóstico agroambiental da nossa terra. O diagnóstico foi realizado em 2000, em parceria com a Kanindé, uma organização não governamental de Rondônia, e com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. O diagnóstico apontou que 7% do território já se

encontrava desmatado e indicou a necessidade do reflorestamento das áreas degradadas, em virtude empobrecimento da TI Sete de Setembro (KANINDÉ, 2000).

Na sequência da finalização do diagnóstico, em 2003, elaboramos, então, o Plano de Gestão Etnoambiental, também conhecido como Plano de 50 Anos Paiter Suruí. O Plano de Gestão tem como objetivo implementar o Programa Paiterey para a gestão ambiental, estabelecendo procedimentos e diretrizes para o encaminhamento das demandas socioculturais, de forma a permitir condições para o uso responsável dos recursos naturais, gerando os benefícios necessários, a valorização da cultura e a conservação do meio ambiente (METAREILÁ; KANINDÉ, 2009), baseado em subprogramas temáticos.

A medida em que discutíamos o Plano de Gestão, também discutíamos as possibilidades do reflorestamento da nossa terra. Para pôr essa ideia em prática, iniciamos a elaboração do etnozoneamento do território. O mapa a seguir, é resultado desse etnozoneamento e ilustra como nós Paiter Suruí queremos utilizar nosso território daqui para o futuro.

**Figura 2 - Mapa de etnozoneamento da TI Sete de Setembro, 2003**



Também conforme o etnozoneamento, toda a fronteira da TI é destinada à produção (faixa verde escuro no mapa), aonde planejamos ter roças agrícolas e outras atividades econômicas, para que as áreas centrais se constituam em zona de proteção integral (zona verde claro), totalmente reservada para o Projeto de Carbono Suruí<sup>11</sup>. A zona de resgate (em marrom), à direita e fora do limite do território, é uma área que meu povo gostaria de incluir na TI, ampliando-a.

### **1.6 O projeto Pamine**

O Projeto Pamine foi elencado como meta principal do *Plano de 50 anos do Povo Paiter Suruí*. Segundo Arildo Suruí<sup>12</sup>, “o objetivo do projeto de reflorestamento é restaurar, ou fazer reposição das plantas nativas” (Comunicação pessoal, em dezembro de 2012), no sentido de devolver à floresta, com a ajuda do povo Paiter Suruí, o que foi destruído pelos madeireiros, meeiros e pequenos colonos, que foram expulsos quando nosso território foi demarcado e homologado pelo governo federal, mas também pelos próprios Paiter Suruí que se envolveram com a venda de madeira ilegal, a criação de gado e o arrendamento de terras para meeiros nas últimas décadas. Essas atividades promoveram o desmatamento do território, com a redução de frutos, plantas medicinais e da caça.

Sabemos muito bem que ultimamente a Terra Indígena habitada pelos Paiter de Rondônia foi alvo muito grande de desmatamento advindo de exploração predatória e de várias invasões, que levaram à quase extinção de muitos recursos naturais existentes naquela área nativa. Portanto, a ideia dos Paiter com o projeto de reflorestamento foi de devolver à floresta o que dela fora retirado com a ganância do homem contemporâneo - claro pensando no capitalismo (Gasoda Suruí, em entrevista concedida em 2012).

O reflorestamento feito pelo povo Paiter Suruí, como afirma Gasodá Suruí, tem como objetivo reconstituir a floresta e seus recursos naturais, pois, devido à ganância do desenvolvimento econômico implantado na região pelo homem, foram quase extintas muitas espécies nativas que havia na TI Sete de Setembro, devido ao

---

<sup>11</sup>As novas tendências de valoração econômica dos recursos naturais, com o intuito de manter a floresta em pé para a produção de serviços ambientais, são alguns dos principais motivos que levaram à criação do Projeto Carbono Suruí. Idealizado pela Associação Metareilá, com apoio de organizações ambientalistas e indigenistas, o projeto pretende financiar atividades de proteção, fiscalização, produção sustentável e melhoria da capacidade local, objetivando a conservação ambiental e o fortalecimento cultural, por meio do pagamento por serviços ambientais, especialmente a comercialização de créditos de carbono. Essa é na verdade a peça-chave do projeto, que teve início em 2007. Uma opção a mais para trazer novos rumos à gestão etnoambiental do nosso território.

<sup>12</sup>Arildo Suruí, 33 anos, clã Gamep, reside na Aldeia Lapetanha e é Secretário Geral da Associação Metareilá do povo indígena Suruí. Foi um dos entrevistados na pesquisa.

fato desta ter sido (e ainda ser) alvo de desmatamento, explorações predatórias e invasões de não-índios.

A luta do meu povo se organizou através das suas organizações, principalmente pela Associação Metareilá, que tem cumprido o papel de reorientar a exploração predatória dos recursos naturais, utilizando de forma sustentável o território Paiter Surui, como afirma Arildo Suruí em trecho de sua entrevista, abaixo:

Então, hoje sabemos que a, essa associação fundada naquele ano né? Ela tem um papel muito fundamental pra nós hoje, né? Porque por meio dela é que o povo Suruí sobreviveu até hoje, resiste e resistiu essa pressão de várias formas que vem ao território Sete de Setembro, a pressão de política, a pressão de invasores (2010).

Como parte do Plano de 50 anos dos Paiter Suruí, o projeto de reflorestamento é uma ação do programa de sustentabilidade ambiental, visando recuperar as regiões que foram desmatadas no nosso território (METAREILÁ; KANINDÉ, 2009, p. 25), como apontado pelo diagnóstico elaborado em 2000.

O clã Gamep começou a discutir o reflorestamento, elaborando o Projeto Pamine e buscando financiamento, por meio da Associação Metareilá. Mas só em 2003 começa aparecer apoios ao projeto. No início, tivemos doação da Associação Kanindé de mudas de espécies de madeira de lei, que por sua vez recebeu essa doação do IBAMA. Essas primeiras mudas foram plantadas na Aldeia Lapetanha, na forma de mutirão e houve participação de quase todos os Gamebey, vindos de várias aldeias para participar da atividade.

Depois, a Associação Metareilá conseguiu apoio da Associação Aquaverde (organização não-governamental da Suíça) para o Projeto Pamine. O projeto previa atividades de reflorestamento em áreas degradadas de pasto, capoeira e o enriquecimento da floresta, com o acompanhamento de um engenheiro florestal da Associação Kanindé, inicialmente em 12 alqueires de terra. A maior parte das atividades, nessa fase inicial, aconteceu na Aldeia Lapetanha, mas também em outras seis aldeias: Tikã, Mawira, Rio Quente, Nova, Linha 09 (a PIN Paiter) e Linha 10.

Depois de duas etapas de plantio de mudas, em mutirão, foi construído pelo projeto um viveiro na Aldeia Lapetanha para produção de mudas. Durante a construção, a Metareilá, com apoio dos parceiros, também promoveu cursos de formação de viveiristas e agentes ambientais indígenas.

As mudas de espécies priorizadas para plantio foram:

Mogno (*Swietenia macrophylla* King), Cerejeira (*Torresea acreana* Duck), Castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), Copaíba (*Copaifera officinalis*), Ipê roxo (*Handroanthus impetiginosus*), Jatobá (*Hymenaea courbaril* L.), Pariri (*Arrabidaea chica* Verlot), Pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth), Ingá (*Ingaspp*), Cedro (*Cedrela odorata* L.), Tucumã (*Astrocaryum aculeatum* Meyer), Açaí (*Enterpes precatória*), Babaçu (*Orrbignya speciosa*), Patauá (*Oenocarpus bataua* Mart), Itaúba (*Mezilaurus itaúba*) e Aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), (METAREILÁ, 2008).

Ambientalmente, foram aproveitadas as áreas encapoeiradas de lavouras abandonadas, através do plantio de espécies de madeira e frutíferas, evitando o desmatamento de novas áreas para cultivo.

Homens, mulheres e crianças participam ativamente nas atividades de reflorestamento. A participação das mulheres tem concentrado-se no plantio das mudas, numa forma de integrar toda a família no desenvolvimento do projeto. Essa participação ocorre não apenas com as mulheres, mas também com jovens e até crianças em atividades apropriadas.

Bom eles participaram, a gente fez esse trabalho em coletivo, onde as crianças, as mulheres ajudaram. (...) na parte da manhã, as mulheres faziam comida, né? e elas levavam planta onde a gente estava trabalhando. Então, elas iam levar e já ficavam lá, pra ajudar. Então, elas faziam as partes mais leves, né? Plantio assim. Então, os homens faziam o alinhamento. É, as covas, assim. Então, a gente dividia eles no trabalho, né? As crianças traziam as mudas pra o local. Então, a gente procurou, assim, de a gente trabalhar de maneira mais correto, assim, tecnicamente, né? Pra gente não perder muitas mudas, plantas. (Miguel, 2010).

Na nossa cultura, mulheres e crianças têm papel fundamental para construir o futuro do povo. Por isso, o projeto Pamine tenta envolver todas as pessoas na comunidade. Cada gênero fazendo o trabalho no tamanho da sua força física. Além disso, as pessoas se envolvem no trabalho do reflorestamento com a expectativa de aumentar seu ganho diário ou a renda da família, já que o projeto prevê o pagamento de diárias aos participantes, que se envolvem diretamente nos cuidados com as mudas e seu plantio.

O aprendizado na implantação do reflorestamento serviu de exemplo e foi ampliado para outras comunidades adotarem. Assim, três anos depois do início do projeto, a Metareilá começou a expandir o projeto para outras comunidades, a exemplodas aldeias selecionadas para esta pesquisa: em 2006, na Aldeia PIN Paiter e, em 2009, na Aldeia Joaquim. A etapa de expansão em 2009 contou com o apoio do consórcio Garah Itxa, um esforço conjunto de organizações socioambientais, indigenistas e indígenas, com o apoio da USAID, para a conservação do Corredor

Etnoambiental Mondé, que integra nove terras indígenas na região. No mesmo ano, o reflorestamento também entra como parte do Projeto de Carbono Suruí. A princípio, o Projeto Carbono Suruí só previa a conservação da floresta nativa em pé, mas agora também considera as áreas de reflorestamento para a comercialização de créditos de carbono. Essa iniciativa é bastante reveladora do recente reconhecimento do valor econômico da floresta por parte dos Paiter Suruí.

Hoje, todos os clãs participam do Projeto Pamine. O clã Makor foi o último a ser integrado ao projeto, entre 2012 e 2013. Mas embora todos os clãs participem do Pamine, vale esclarecer que não são todas as associações Paiter Suruí que apoiam a iniciativa, nem todas as comunidades e os Gamebey continuam sendo a maioria entre os envolvidos de forma direta com o projeto. Por essa razão, o projeto é muito identificado ao clã Gamep.

Após o apoio inicial da Kanindé e da Aquaverde, outras organizações passaram também a contribuir para a continuidade e ampliação do projeto, que ganhou o reconhecimento social, em Rondônia e fora do estado, como uma experiência de referência no reflorestamento em terras indígena.

O projeto de reflorestamento tem reconhecimento da sociedade rondonienses, durante a realização do Festival Folclórico Duelo da Fronteira, realizado na cidade de Guajará Mirim, onde o boi-bumbá Flor do Campo homenageou o povo Paiter Suruí com tema "Pamine: o renascer da floresta" (IEB, 2012, p.28).

Os Paiter Suruí participaram na apresentação do duelo citado acima e o tema "Pamine: o renascer da floresta" foi eleito o campeão pelo jurado dessa competição local de Guajará Mirim.

O capítulo 2 deste relatório é dedicado à apresentação dos resultados de entrevistas com participantes do Projeto Pamine, com a intenção de conhecer a percepção que têm do projeto e sua importância para o presente e o futuro Paiter Suruí.

### **1.7 Mudanças no plano político: o Parlamento Paiter Suruí**

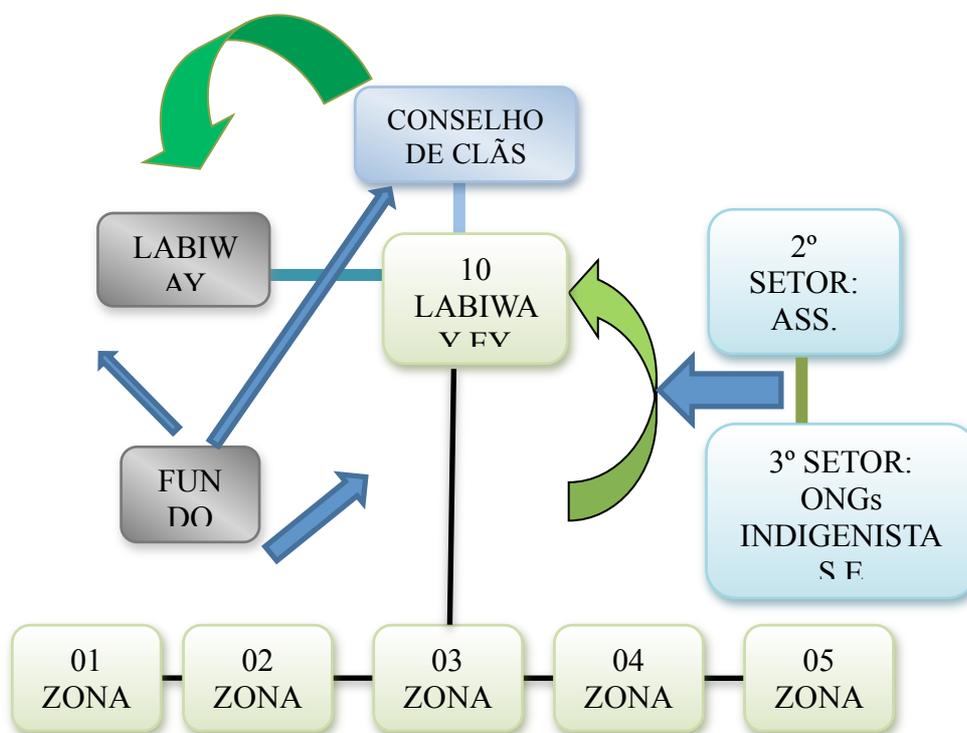
As articulações políticas e projetos que surgiram nos fins dos anos 1990 e 2000 para meu povo também geraram mudanças no plano da política interna. Vale entender quais foram essas mudanças, porque elas estão de alguma forma relacionadas ao contexto que deu origem ao Projeto Pamine e também o afetam.

Com o fim do FórumPaiter, em 2008, a Associação Metareilá ganhou importância na política das associações Paiter Suruí, já que as outras associações de clãs, menos experientes, passaram a ter na Metareilá a sua referência, em termos financeiros e técnicos. Nessa altura, não tinha mais uma organização que representasse meu povo. Por isso, com o passar dos anos veio o esforço de resgate da política própria cultural, como Parlamento Paiter Suruí, para gerir financiamentos dos projetos de desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, o Fundo Paiter Suruí.

O Parlamento Paiter Suruí, criado no mês de novembro de 2010, é "baseado nos propósitos e princípios das leis do povo e consciente da necessidade de reorganização da política interna, decidido constituir uma estrutura sócio política alicerçada nas linhagens clônicas, respeitando a ancestralidade e a democracia com respeito ao próximo" (PARLAMENTO, 2010). Dito de outro modo, o Parlamento combina elementos da política tradicional Paiter Suruí e elementos da política dos não-índios.

Abaixo, segue o organograma do Parlamento Suruí.

**Figura 3 - Sistema de Governança do Povo Paiter Suruí**



Fonte: Associação Metareilá, 2011.

Explico, a seguir, cada caixinha representada no organograma do Parlamento Suruí.

O conselho de clãs (*Pamatod ey*), no alto, é próprio da política do meu povo, sendo constituído por 12 anciões, sendo 3 de cada clã. Tem profundo papel de aconselhamento e avaliação das lideranças e das comunidades.

*Labiway Esaga* (o Líder Maior) é indicado pelo conselho de clãs, no modo próprio dos Paiter Suruí, como um líder do povo, que representa todos os clãs.

*Labiway ey* corresponde a 10 lideranças, que antes eram indicados por seus clãs para liderar o povo juntamente com Líder Maior e também representar o clã na organização política. Mas já houve mudanças na escolha dessas lideranças. Na estrutura política atual, as comunidades (aldeias) é que elegem de forma discreta, pelas urnas, as duas lideranças, estando dividida em zonas, que integram várias aldeias de uma determinada região. Os *Labiway ey* têm mandato de quatro anos.

A nova organização hoje prevê também o Fundo Paiter Suruí, a fim de fazer a gestão dos financiamentos para projetos do povo Paiter Suruí, sob a orientação do Parlamento Paiter Suruí (Conselho de Clãs, ao *Labiway Esaga* e *Labiway ey*).

O chamado 2º Setor é formado pelas associações clânicas do Povo Paiter Suruí, reconhecidas pelo Parlamento como tal. Assim, para cada clã há pelo menos uma organização jurídica, executora de projetos nas comunidades, que dialoga com o Parlamento. Não significa dizer que haja hoje, entre nós, apenas quatro associações de base clânica (*Gamep*, *Makor*, *Gabgir* e *Kaban*), pois com o tempo têm surgido divisões e a criação de novas associações. Há, por exemplo, duas *Kaban* e três associações *Gabgir*, mas não são todas que mantêm relações com o Parlamento. Isso porque tem associações que se opõem a esse modelo de organização política.

O 3º Setor é formado pelas instituições de apoiadores não-indígenas, mas também indígenas, que possam dialogar com o sistema de governança do povo Paiter Suruí.

Com a organização do Parlamento Paiter Suruí, meu povo tem “resgatado” a política própria de nossa cultura, combinando-a com novas formas, conhecidas na interação com a sociedade não-indígena e a execução de projetos, a exemplo das zonas, da forma de escolha dos *Labiway ey* pelo voto, a definição de tempo de mandato, o 2º e o 3º setores. O Parlamento também tem permitido que meu povo

comece a se unir mais para dialogar sobre os projetos de desenvolvimento da nossa terra, diminuindo os riscos do aparecimento de lideranças de qualquer forma.

## **CAPÍTULO 2**

### **O QUE PENSAM OS PARTICIPANTES DO PROJETO PAMINE**

O presente capítulo apresenta os dados levantados pela pesquisa sobre o Projeto Pamine. No início, são apresentadas as três aldeias selecionadas para estudo: Lapetanha, PIN Paiter e Joaquim, com informações gerais que ajudam a compreender a posição dessas aldeias no projeto. Em seguida, são analisadas as entrevistas realizadas por mim e por Cloude Correia, junto a parentes que participam, de forma direta, do Pamine, além das críticas dirigidas ao projeto por outros parentes.

#### **2.1 Caracterização das aldeias selecionadas para este estudo**

##### **2.1.1 População e composição clânica das aldeias**

De acordo com pesquisa demográfica feita em 2010, por uma pesquisadora contratada pela Associação Metareilá, Maria do Carmo Barcellos, a população Paiter Suruí totalizou 1.231 indivíduos. Nesse levantamento, a Aldeia Lapetanha, da Linha 11, foi a quarta aldeia mais populosa do território, com 7,24% da população, correspondendo a 89 pessoas. A Aldeia PIN Paiter, Linha 09, foi a terceira mais populosa, com 8,95%, correspondendo a 110 pessoas. A Aldeia Joaquim, Linha 11, ficou em oitavo lugar, com 5,03%, com 62 pessoas (METAREILÁ, 2010, pp. 44).

A maioria da população da Aldeia Lapetanha, da Linha 11, é formada pelos clãs Gameb e Kaban, além de uma Gabgir (casada com Kaban) e mulheres não-índias (casadas com Paiter Suruí).

A maioria da população da Aldeia PIN Paiter da Linha 09 é formada por clãs Gamep, Kaban, além de um Gabgir (casado com Kaban) e uma mulher Rikbaktsa (povo indígena de Mato Grosso), casada com Paiter Suruí.

A maioria da população da Aldeia Joaquim, da Linha 11 é formada por clãs Kaban, Gabgir, Gamep (casada com Kaban), além de uma mulher não-índia (casada com Paiter Suruí) e outra Ticuna (povo indígena do Amazonas), casada com Paiter Suruí.

Não são todos os clãs de uma aldeia que participam das atividades do reflorestamento. Na aldeia Lapetanha, embora o reflorestamento tenha sido uma iniciativa do grupo Gamep, todos os clãs participam. Na Aldeia PIN Paiter, apenas o

clã Gamep participa das atividades de reflorestamento. Os outros não têm sido envolvidos diretamente. Na Aldeia Joaquim é ao contrário das outras duas aldeias, os clãs mais populosos, Gabgir e Kaban, são incentivadores das atividades de reflorestamento.

Nos últimos anos, o reflorestamento se tornou importante para a população das aldeias, na medida em que retribui, com diárias de trabalho de campo, às famílias. Atualmente a maior parte das áreas reflorestadas ficam abandonadas quando não tem diárias para o pagamento dos trabalhadores.

### **2.1.2 Economia**

As três aldeias consideradas nesta pesquisa têm praticamente atividades produtivas semelhantes, que podem ser destacadas em duas partes: o que chamo de produção própria, que veio sendo praticado pela nossa ancestralidade; e a segunda, chamo de produção inserida, aquela que meu povo começa a produzir a partir do contato oficial. A produção própria e a produção inserida têm duas finalidades distintas para meu povo: de consumo próprio e de alternativa econômica. A produção própria costuma ser, em grande parte, destinada ao consumo próprio e pode ser identificada com as produções a seguir:

a) Caça e pesca: 100% das famílias afirmam que não comercializam o produtos que retiram da caça e da pesca, embora sejam atividades econômicas de subsistência da região;

b) Cará (de várias espécies), batata doce, mandioca, amendoim, milho, mamão e algodão são produzidos em pequena escala apenas para consumo familiar.

A produção própria com finalidade de consumo próprio, mas também como alternativa econômica pode ser composta por:

a) Castanha do Brasil: é comercializada em uma escala significativa. Também garante a segurança alimentar da maioria das famílias;

b) Banana: é a produção que tem mais crescido como alternativa econômica nos últimos anos, além de ser utilizada pela nossa ancestralidade como base alimentar.

A produção própria apenas como alternativa econômica corresponde à produção artesanal de panelas e outros utensílios de barro, colares, anéis, arcos e

flechas. Atualmente, é uma atividade basicamente feminina. Poucos são os homens que ainda fabricam esses produtos, normalmente só os mais velhos.

A produção inserida destinada apenas ao consumo próprio, pode ser identificada com as seguintes produções: abacaxi, laranja e melancia, que são produzidas apenas em quantidade suficiente para consumo próprio. Por serem experiências novas, não são produzidas em quantidade suficiente para comercialização.

A produção inserida com finalidade de consumo próprio e alternativa econômica podem ser as seguintes: arroz e feijão. Através dessas produções, nós Paiter Suruí nos inserimos no mercado do município de Cacoal, aproximadamente na década de 1990. Esses alimentos foram inseridos em nossa dieta, após o contato da FUNAI, em 1969.

A produção inserida que se constitui apenas como alternativa econômica pode ser representada por:

a) Produção de Café: é visto por nós como um meio de inserção no mercado regional, desde o final da década de 1980, gerando relativa independência financeira para os envolvidos com essa produção. O café pode ser considerada a primeira produção em que nos envolvemos, nós Paiter Suruí, visando o lucro;

b) Produção Pecuária: é vista menos como um empreendimento, do que como uma maneira de poupar dinheiro e é recente.

c) Reflorestamento: é visto nos últimos anos como sendo a atividade econômica que mais contribuiu para a renda familiar, tendo em vista o pagamento das diárias de trabalho para os envolvidos diretamente com o reflorestamento. Futuramente, no médio e longo prazos, espera-se que sirva para o consumo e gere alternativa econômica para as famílias (METAREILÁ, 2010, pp. 94, 96, 99, 103, 105, 111 e 118).

Atualmente, meu povo está se organizando para comercializar em grande escala a Castanha do Brasil e o artesanato. Foi concluído um plano de negócios do artesanato e iniciado um diálogo com o mercado do Rio de Janeiro para a comercialização das peças Paiter Suruí, além da criação de um site de vendas. Estamos elaborando também um plano de negócios para a Castanha. Em 2012, foram produzidas 30 toneladas e vendidas 20 para a Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (COOPAVAM) - Cooperativa do Mato Grosso. Encontra-se

ainda em fase de acabamento a marca dos produtos Paiter Suruí, para rotular os produtos gerados diretamente da Terra Indígena Sete de Setembro.

### **2.1.3 Política**

A atuação da Aldeia Lapetanha na nossa política interna e externa é bastante ativa. Afinal, essa aldeia é representada pelo Almir Suruí, que hoje é o líder maior do povo. Mopiri Suruí e Agamenon Suruí, anciões da Lapetanha, também fazem parte do Parlamento, no Conselho dos Clãs. Os três são do clã Gamep.

A Aldeia Joaquim é representada pelo Celso Natin, coordenador da associação Kabaney, e por João Lawad Suruí, coordenador do Instituto Florestal Yabner, do clã Gabgir.

A Aldeia PIN Paiter sedia duas lideranças do Parlamento, Labiway ey eu, o Chicoepab Suruí e Rafael Suruí.

As duas aldeias PIN Paiter e Lapetanha sempre foram consideradas as aldeias principais da Terra Indígena Sete de Setembro, mais conhecidas pela FUNAI como aldeias Posto e pela SEDUC como Aldeias Pólo. Hoje, ambas têm escola com Ensino Fundamental completo e cogita-se a implementação de Ensino Médio completo nelas. Na Aldeia Lapetanha, sempre tem também encontro e reuniões das lideranças Paiterey.

Existe uma diferença de influência das comunidades das três aldeias sobre o projeto de reflorestamento. A Aldeia Lapetanha é, das aldeias, a mais influente, não só pela presença de Almir Suruí, que é originário dessa aldeia, mas também pelo fato de ter sido a pioneira no projeto. A Aldeia Joaquim, se comparada às outras duas (Lapetanha e PIN Paiter) constitui-se na segunda aldeia mais influente, tendo conseguido um bom posicionamento no projeto, mesmo tendo sido a última aldeia a ser inserida no Pamine. A Aldeia PIN Paiter, por sua vez, ainda que menos influente no conjunto das três aldeias e com menor acesso aos recursos do projeto, apresenta uma boa participação no reflorestamento, tendo suas áreas sempre bem cuidadas, conforme relato de Mopidimori Suruí (comunicação pessoal, em 24 de abril de 2013), que atuou no projeto como Agente de Monitoramento.

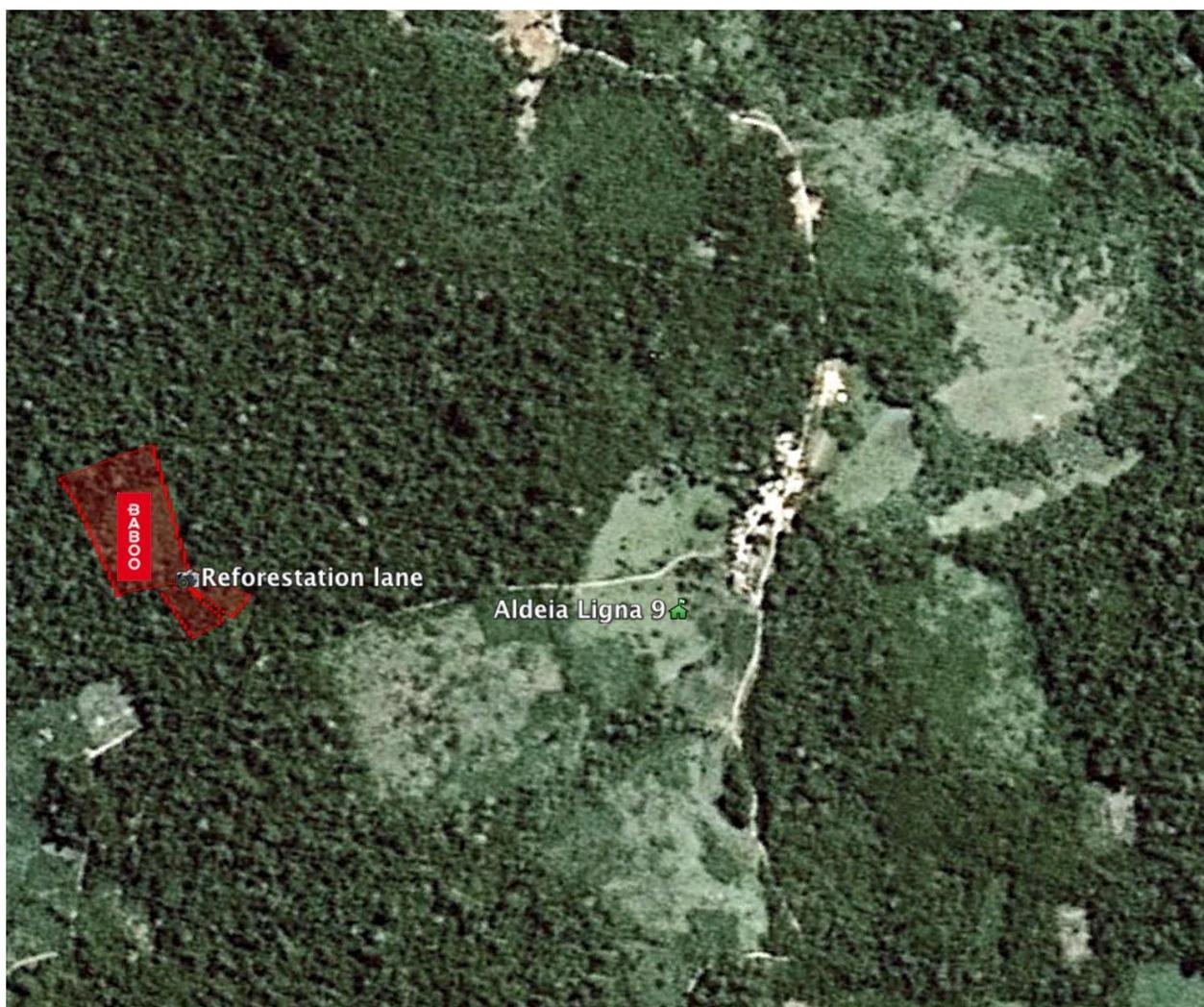
Vale destacar que as organizações de cada aldeia são formadas por clãs e não se constituem, portanto, em associações de aldeia. Quando me refiro aqui às



A área da Aldeia PIN Paiter, por sua vez, tem a menor extensão de áreas desmatadas, se comparada às duas outras aldeias, com apenas 7 hectares de área de reflorestamento.

Pode-se, abaixo, visualizar a Aldeia PIN Paiter. Em vermelho à esquerda da imagem, encontra-se a área de reflorestamento e enriquecimento da mata implantada pelo Projeto Pamine.

**Figura 5 - Imagem satélite da Aldeia PIN Paiter, 2012**



Fonte: Thomaz Pizer

A Aldeia Joaquim, Linha 11, já é uma área de reflorestamento que está sendo ampliada para outros clãs Paiter Surui, como Kaban e Gabgir. Essa ampliação começou em 2009.

Figura 6 - Imagem satélite da Aldeia Joaquim, 2012



Fonte: Thomaz Pizer.

## 2.2 A percepção de participantes do projeto sobre o Pamine

Após a caracterização das aldeias Lapetanha, PIN Paiter e Joaquim, passo à análise das entrevistas realizadas entre os anos de 2010 e 2012, junto a participantes do projeto Pamine, nessas aldeias. Foram entrevistadas 22 pessoas, dos clã Gamep, Gabgir e Kaban, além de um técnico não-indígena envolvido com o projeto.

Nas entrevistas os parentes falam do contato com o não-índio, seus impactos, sobre a importância do reflorestamento e sua relação com a educação, a saúde e a cultura e o que esperam para os próximos 50 anos.

### 2.2.1 O contato, a dependência econômica e o desmatamento

O Projeto Pamine é uma resposta do meu povo aos desafios que enfrentamos hoje para a recuperação da floresta e seu uso sustentável. O

desmatamento de 7% de nosso território é uma das muitas consequências do contato. Por isso, muitos entrevistados falam de como o contato com a sociedade nacional gerou mudanças na vida dos Paiter Suruí, inclusive com relação à floresta.

Isso porque a forma de vida dos Paiter Suruí, antes do contato, era muito diferente de como vivemos hoje, havia maior tranquilidade, maior fartura de alimentos, caça e pesca, devido à floresta. Os Paiter Suruí antes do contato eram nômades, não tinham moradia fixa e estavam sempre mudando de lugar, plantando cará, milho, amendoim, batata doce, banana, mandioca e mamão, por onde passavam; caçavam, coletavam as frutas e pescavam. Mas o contato, seguido da pressão do desmatamento, abalou muito essa forma de vida dos Paiter Suruí.

As atividades de caça, coleta e roça eram muitas vezes em coletivo, trabalhos feitos em mutirões. Havia também muitas trocas de alimentos entre os Paiter Suruí e a floresta oferecia alimentos em abundância aos seus moradores. Mas essa vida de compartilhamento e abundância mudou muito após o contato.

O primeiro aparecimento do sintoma foi a quase a extinção da população Paiter Suruí, na década de 70, por doenças contagiosas do não-índio.

Morreu muita gente com sarampo, pneumonia, até hoje, nós Suruí, nunca acaba. Então a floresta que é muito forte pra gente, só que a gente perdeu controle, nossa liderança perdeu o controle, quando nos chegou branco, Suruí começou a vestir roupa, e sapato (Itabira, 2010).

Logo no princípio do "contato que a gente ganhava presente, tesoura, facão, panela, cachorro" (Itabira, 2010) da FUNAI, parecia ser como a tradição do meu povo, uma relação de troca. Mas essa política do governo, dirigida aos povos indígenas, escondia perigos que o meu povo não conhecia. Conforme sugere o relato de Itabira, a maioria dos povos indígenas aceitaram o contato porque recebiam de presente algo de que precisavam, como facão e tesoura, sem conhecer os riscos dessa aproximação. Depois de agrandar com assistencialismo sem durabilidade, a FUNAI deixa à mercê. Depois, ensina os parentes a conhecer o dinheiro, com trabalho remunerado para o serviço da FUNAI, no plantio de arroz e feijão ou acompanhando e ajudando também no contato de outros povos. Dessa forma, alguns Paiter Suruí foram contatar, com a FUNAI, povos vizinhos, como o povo Nambikwara. Até hoje, alguns Paiter Suruí são contratados como funcionários da FUNAI. Mas quando os Paiter Suruí começaram a procurar emprego na FUNAI,

seus próprios funcionários estimularam os Paiter Suruí a extrair a madeira, para a venda, como afirma o trecho de entrevista do Itabira (2010), abaixo:

Quando a gente acostumou, eles falaram que não, não vou te dar mais, não vou te dar mais, vocês precisa trabalhar. Quando Suruí apertou neles: - Ah, eu quero dinheiro, eu quero falar meu contrato, pra ter salário, pra ter dinheiro. - Não, não, você não sabe que você tem riqueza? Aquela madeira que esta lá na sua área, aquele diamante que esta lá na sua área? É riqueza, vocês índios podem explorar. Dando um costume mal pra gente, ai o povo Suruí começou, - Ah, nós vamos vender madeira.

A fala de Itabira, aqui, é bastante reveladora da mercantilização da floresta: "você não sabe que você tem riqueza? Aquela madeira que esta lá na sua área, aquele diamante que esta lá na sua área, é riqueza, vocês índios podem explorar". Portanto, a primeira grande mudança de comportamento entre os Paiter Suruí em relação à floresta foi a de passar a vê-la como fonte de dinheiro. A floresta sempre teve importância para os Paiter Suruí, mas a dependência econômica gerada após o contato foi decisiva para que permitissem a (ou se deixassem enredar pela) exploração ilegal de madeira.

Hoje há uma grande dependência do dinheiro entre os Paiter Suruí. É preciso dinheiro para garantir vestimentas, alimentação e escola. Com muita influência da cultura não-indígena, a nossa cultura não sustenta muito a nossa sobrevivência como povo, que começa a querer viver como não-indígena, como se percebe no relato, "começou a vestir roupa e sapato igual (...) quando vê dinheiro, fala não, agora quero dinheiro" (Itabira, 2010). Ao mesmo tempo, temos grande dificuldade de aproveitar ou investir esse dinheiro, por que "nós índios nunca inventamos o dinheiro". Então, o dinheiro ao mesmo tempo não é solução para meu povo, também traz dificuldades e conflitos internos, e Itabira deixa isso muito claro "hoje, dificuldade chegou com esse dinheiro".

A dependência econômica é um tema recorrente nas entrevistas, estando presente na origem do processo de desmatamento, mas também nos relatos sobre dificuldades e desafios para a continuidade no projeto de reflorestamento, como se verá adiante.

Isso porque o contato não só gerou dependência do dinheiro, mas trouxe impactos cultural, territorial e organizacional. Cultural, quando interfere nos hábitos alimentares, nas pinturas corporais, festas e rituais. Também interferiu na forma de utilização do nosso território, gerando conflitos externos e internos, provocando a

criação de muitas aldeias sem muita necessidade, dividindo os Paiter Suruí. Também no plano organizacional, o contato ainda hoje interfere muito na política interna, de diversas formas e com muitas consequências, dentre elas o surgimento de várias lideranças em uma comunidade, mais uma vez dividindo o meu povo. Antes do contato, o povo Paiter Suruí vivia de uma forma organizada, depois, devido à convivência com a “sociedade não indígena ele trouxe impacto é para a nossa cultura, é e também pra é nosso território é, nosso povo né, é assim, a, antes do contato nós, povo Suruí, vivia de uma forma, é, é, organizado” (Arildo, 2010).

Ao mesmo tempo, o contato com a sociedade nacional contribuiu, em alguma medida, para a sobrevivência do povo Paiter Suruí. Se o meu povo tivesse permanecido resistente ao contato, provavelmente estaria isolado em uma pequena área, no meio do desmatamento, que vem de vários lados, em nome do desenvolvimento econômico. Estaria passando por dificuldades, pois não teria terra suficiente para a sobrevivência. De algum modo, foi com o contato que garantimos a demarcação de uma terra relativamente suficiente para a sobrevivência de nosso povo, que precisa ser utilizada com responsabilidade. Caso contrário, “a floresta está acabando, nossa casa esta acabando” (Itabira, 2010).

Os presentes e, mais tarde, o dinheiro foram utilizados no contato para atrair os Paiter Suruí, mas, depois de criada a dependência, Itabira aponta que não foram oferecidas alternativas para a sobrevivência do nosso povo e para o acesso aos bens de consumo com que se habituaram (roupas, calçados, ferramentas etc.). Itabira reforça, ao final: “dificuldade nossa é buscar alternativa pra viver sem desmatar. Até um ano, Suruí parou a retirada da madeira, todo mundo já tá reclamando” (2010) - vale esclarecer, reclamando por falta de dinheiro.

Queiramos ou não, nossa vida está submetida ao poder econômico da sociedade não-indígena. Pode-se entender as necessidades que o contato nos impôs da seguinte forma: “que jeito eu vou pagar minha energia, que jeito vou comprar meu roupa?” Antes do contato, não precisávamos disso, hoje é uma necessidade, que precisa ser resolvida com dinheiro. Outro depoimento nesse sentido: “eu não paro de comer coisa salgado, sal. Que jeito eu vou comprar açúcar?”. Com o avanço das frentes de desenvolvimento sobre o nosso território, ficamos à mercê de uma alimentação industrializada, que é preciso buscar na cidade e que apenas se consegue com dinheiro.

Assim, aos poucos, os Paiter Suruí perdem também algumas de suas práticas culturais, como festas, casamentos tradicionais, em que os tios maternos deveriam se casar com as sobrinhas na idade certa. Também os aspectos físicos, como os cortes de cabelo e *iorý* (tatuagem no rosto), que hoje é vista apenas nos mais velhos. Trata-se de uma lenta perda de traços culturais, que pessoas como Arildo lamentam e temem:

Povo, assim é cada vez mais de deixar a praticidade da cultura e assim hoje, como por exemplo, né, hoje nois muito dificilmente realizamos festas culturais, muito dificilmente agente faz casamento ocorre da forma que ocorria né, o que Suruí fazia antes do contato, tem hoje os jovens não tem, então é uma perda de identidade, se pessoa não tem seu identidade completa, a cultura vai indo embora” (2010).

A mudança ocorre não apenas com a realização das festas e casamentos tradicionais, como também na forma da produção agrícola. As derrubadas para plantio (de arroz, feijão, banana e café) em grande quantidade e a abertura de pasto para a criação de gado por diferentes famílias e em diferentes áreas são práticas adquiridas a partir do contato e que causam impactos ao meio ambiente, “isso é faz alteração ao meio ambiente, onde era floresta hoje é pasto, hoje é lavoura de café, enfim, então é esse contato mesmo que ele veio trazer um impacto no âmbito do cultivo e também, no território” (Arildo, 2010).

Não só o território foi rodeado pelo desmatamento, mas os próprios Paiter Suruí se envolveram com o desmatamento, como revelou Arildo, desmatando o próprio território, para a criação de gado, o plantio de arroz e café.

A dependência econômica, levou também os Paiter Suruí a ver a floresta com outros olhos, marcado pelo desejo de acesso ao dinheiro e, assim, muitos vêm tirando madeira no território de forma ilegal, sem pensar que isso pode prejudicar o território e a cultura.

Afinal, o desmatamento trouxe para as aldeias vícios como álcool e drogas, causando malefícios para a população Paiter Suruí. Tudo por intermédio da venda ilegal de madeira. “Foi envolvido com o alcoolismo, alguns já estavam assim envolvendo com drogas, então a gente precisava tomar uma posição, né?” (Almir Suruí, 2010).

### 2.2.2 A natureza em si é importante na vida dos povos indígenas<sup>13</sup>

Diante desse quadro de dependência econômica, desmatamento e perdas, surge o projeto Pamine como uma forma de tentar revigorar a cultura Paiter Suruí, depois de 34 anos (1969-2003) de sofrimento e sem perspectivas. Assim, percebe-se claramente na fala do Agamenon:

Reflorestamento ele pode conquistar o que foi perdido no contato né, com o reflorestamento ele vai ter mais floresta protegido, ter floresta, ter aquele olhar diferente pra floresta, de manter ela, e que a floresta pode é, retornar a vida que sempre o Suruí tiveram né, com tranquilidade, sem intervenção de, de, de problema de saúde (2010).

O reflorestamento poderá trazer de volta o que foi perdido durante o contato - é a esperança de Agamenon e de outros Paiter Suruí envolvidos com o projeto. Espera-se que o projeto devolva a floresta e com isso tenhamos mais recursos naturais e a saúde equilibrada, que havia no ambiente de convívio do povo Paiter Suruí, antes do contato.

A floresta é importante para povo Paiter Suruí, por que nela está saúde, educação, cultura e, ultimamente, ela tem sido vista também como instrumento que pode contribuir para a autonomia econômica, a partir do conceito de vida do não-índio. Daí, surgiu à importância do projeto Pamine, um esforço para resgatar a vida do povo, articulando a cultura Paiter Suruí, a floresta e o mercado.

Os Paiterey envolvidos com o projeto veem no Pamine o ressurgimento de um ambiente saudável. Além disso, o fortalecimento cultural, por meio da produção do artesanato para festas, a aproximação dos espíritos (que foram embora com o desmatamento) e das plantas medicinais. Na entrevista, João Lawad diz com muita clareza, “a floresta é esconderijo dos espíritos, *Mixagõiah*, *Meko* e *Lakapoih*, são esses (pessoas) espíritos vivem na floresta” (2012).

No passado, nós povo suruí viveu, muita tranquilidade, e nós preocupa muito com saúde. Primeiro lugar eu preocupo com a saúde. Porque a gente conseguimos manter nossa saúde com espiritual, com pajelança, então a gente vive com isso né, e quem mantém nossa saúde é o pajé nosso, usando o espírito do rio, espírito do céu, espírito do mato, vario autonomia do pajé, e cuidando da população suruí com saúde mesmo tempo reconhecimento nosso que o qual raiz que é pra remédio, não é qualquer arvore também não (2010).

---

<sup>13</sup>Em particular na vida do meu povo. O subtítulo dessa parte do texto foi retirado da resposta de Arildo Surui, em questionário aplicado em 20 de dezembro de 2012.

A cosmovisão do meu povo também está na floresta, ou seja, o olhar do mundo espiritual está em torno da floresta, do rio e do céu. Os espíritos da cura, da proteção, da vida estão nesses lugares. A floresta é como um escudo diante dos vírus, das doenças. Normalmente, as pessoas Paiter Suruí não tinham doenças graves, apenas doenças curáveis. Não havia praticamente morte por doença. Às vezes as pessoas morriam por acidente, com flecha ou porque levou mordida da cobra.

A floresta tem uma enorme importância para o povo Paiter Suruí. Ela foi sempre fonte de riqueza, dando todo o necessário para a sobrevivência dos Paiter Suruí por gerações e gerações até o contato. Por isso, há uma preocupação em reflorestar as áreas desmatadas. Após o contato, os Paiter Suruí tinham esquecido a importância da floresta para seu povo, pela introdução, de forma brutal, do valor do dinheiro na sua cultura. Agora é o momento de resgatar esse tempo. É o que fala Tomé em sua entrevista:

E ainda bem, abrimos os olhos como estava te dizer, que isso não era maneira legal. Estávamos indo de uma forma errada. Optamos hoje parar com isso e preservar. Por que no futuro nos iríamos perder nossa cultura, que uma riqueza nossa né, e até identidade. Hoje temos que mais preservar é isso..." "Descobrimos que a floresta é riqueza nossa. Com isso estamos tentando reflorestar aonde foi degradada com ação do homem. A gente vai tentando resgatar isso, né. A floresta, ela faz parte do nosso cotidiano (2010).

O modo de viver próprio aos Paiter Suruí está intimamente ligado à floresta, que é de grande importância para a sustentabilidade da nossa cultura, tradição, rituais, alimentos e a própria existência do meu povo. Isso fica bem claro na fala do seu João, quando diz,

Eu posso dizer que (nosso) o ancião não veja apenas a si próprio! Ele vê o futuro (o que vem), dos filhos, dos netos e dos bisnetos! E pensando neles que preservaria a floresta. E dar sustentabilidade à cultura, à floresta, não simplesmente a floresta, mas sim, do que era beneficiado dela, para que futura geração venha a ser beneficiada também. Tenho certeza que enquanto não cuidar bem, acaba a floresta. Veja aqui área de reflorestamento, estão de novo existindo plantas nativas, se não houvesse essa ideia, não existia essa espécie aqui. Quem vai ser beneficiado desse reflorestamento, são as crianças Gabgir, como também as crianças de outras aldeias. Veja aqui pé de castanha, ela vai existir muitos anos aqui. E vai ser para muitas coisas, a castanha iremos utilizar para alimentação e para vender, como também o pé serve como a madeira. E do pé da castanha também tiramos a corda, para fazer artesanato Paiter (para fazer balaio, cesto para carregar caça) (João Lawad Surui, 2012).

Como João Lawad Suruí, passarei, a seguir, a destacar as espécies incorporadas ao reflorestamento e seus usos, no contexto de nossa cultura e frente aos novos desafios econômicos:

**Tabela 2 – Importância das árvores por espécies**

<b>ESPÉCIES DAS MUDAS</b>	<b>USOS</b>
Pupunha	Pupunha tem grande valor na subsistência do meu povo, sendo utilizada na confecção de arco, comercialização e alimento - produção sustentável.
Açaí	Invasão de palmitero na terra indígena trouxe distanciamento da maior parte do açaí das aldeias, utilizamos a palha como cobertura da maloca.
Mogno	Invasão de madeiros foi responsável pela diminuição do mogno no nosso território. Tem importância para o enriquecimento da floresta e valor econômico.
Patuá	É necessário reflorestar com patuá por ser uma das principais fontes de alimento, além de querermos buscar Plano de Manejo Florestal para trabalhar aproveitamento de óleo de patuá.
Coco	O coco não é fruta tradicional da floresta, hoje tem importância na alimentação e comercialização para complemento econômico na busca de qualidade de vida.
Tamboril	Serve para pescar e se alimentar pela semente.
Bacaba	Para alimentar e enriquecer a floresta.
Cerejeiras	Para enriquecimento da floresta e pelo valor econômico.
Acerola	Para alimentar e buscar forma de fortalecer a economia.
Babaçu	E importante por utilizamos palha para cobertura de maloca, além de alimentar com palmito e farinha de coco.
Manga	Para subsistência da nossa comunidade.
Caju	é muito importante para alimentação e enriquecimento da capoeira, transformando-a em floresta.
Copaibeira	É importante para a produção de nossos próprios medicamentos.
Cacau	Enriquecer a floresta e utilização para subsistência.
Carambola	Para subsistência da comunidade.
Camucamu	Enriquecer a floresta e utilização para subsistência
Biriba	Para subsistência da comunidade.
Graviola	Para subsistência da comunidade.
Goiaba	Para subsistência da comunidade.
Tamarindo	Para subsistência da comunidade.

**Fonte: Associação Metareilá<sup>14</sup>**

<sup>14</sup>METAREILÁ. Relatório do projeto de reflorestamento final 2005-2006. Terra Indígena Sete de Setembro, Cacoal, maio, 2007.

A expectativa é de que o povo Paiter Suruí utilize seu território econômica e sustentavelmente, beneficiando se possível toda a sua população.

Por outro lado, o reflorestamento vem substituindo o rendimento do comércio da madeira. Entre 2008 e 2009, diminuiu significativamente a renda obtida com a venda ilegal de madeira entre os Paiter Suruí, ao mesmo tempo em que aumentou a participação dos ganhos obtidos com o reflorestamento na composição da renda familiar, por meio das diárias pagas aos envolvidos diretos (METAREILÁ, 2010, p. 141).

As áreas que foram reflorestadas com a madeira de lei, no longo prazo, poderão também gerar renda direta para algumas famílias do povo Paiter Suruí, agora, por meio do uso responsável da floresta.

Próximos anos então vai vindo assim né, se temos 60 mil de madeira de lei plantada daqui uns dias agente pode manejar né, e segundo os pesquisas do especialista né, quando o mogno por exemplo voltar, daqui a 50, 60 anos pra poder voltar a ser madeira, ser comercializado, se você é colocar o produto no mercado direto né, um arvore pode chegar entre 80 a 100 mil reais. (Almir, 2010)

As áreas de reflorestamento são áreas que foram usadas antes para a agricultura e o pasto. Hoje, têm plantadas espécies como mogno, pupunha e cedro, que no futuro poderão ser usadas de forma sustentável e manejada. Por isso, a ideia é plantar madeira que possa oferecer retorno econômico, além de plantas frutíferas. Assim, além dos espíritos, saúde, cultura e educação na floresta, que corresponde à visão tradicional Paiter Suruí sobre a floresta, nós aprendemos com os não-índios que a floresta tem valor econômico. A preocupação com a floresta não é recente, sempre a valorizamos. Mas hoje sabemos que tudo que fizermos pela floresta poderá também nos trazer resultados econômicos positivos, como, por exemplo, cada árvore plantada hoje terá retorno econômico no futuro. “Hoje nós plantamos uma muda de castanheira, amanhã a gente já vai colher o resultado” (Arildo, 2010). A ideia, então, é combinar esses elementos. Ao plantar o pé de castanha, esperamos ter várias retornos: vender castanha, utilizar como madeira, como material de construção de casa tradicional Paiter Suruí e como planta medicinal.

A extração ilegal da madeira não trouxe prejuízo apenas para o meio ambiente, mas também para a convivência das comunidades, que chegaram a disputar os madeireiros. Hoje, na TI Sete de Setembro, pode-se afirmar que o

projeto promoveu também a articulação entre algumas aldeias do território, incentivando a importância da defesa e da proteção, conservação e fiscalização da terra e adquirindo novos conhecimentos que a floresta pode oferecer.

Entre 2008 e 2009, praticamente houve o fim da extração ilegal. Com isso, algumas “comunidades estão se unindo novamente e buscando juntas a melhor condição de vida”(Arildo, 2010) para suas famílias ou comunidades. De alguma forma, o reflorestamento já trouxe mudanças para alguns Paiter Suruí, quais sejam: uma mudança de visão econômica e uma mudança quanto à valorização cultural.

Miguel também reforça que o reflorestamento é “importante para preservar a cultura” e preservando a cultura estamos nos defendendo do mais fortes (a sociedade não-indígena). A partir do reflorestamento algumas pessoas entenderam o valor da sua cultura e o reconhecimento dos Paiter Suruí como povo da floresta. Isso porque o povo Paiter Suruí hoje não reconhece o reflorestamento como sendo importante apenas para seu benefício próprio, mas também como uma contribuição, como povo, para a política do meio ambiente.

De alguma forma, o projeto de reflorestamento está conseguindo cada dia maior aceitação por parte das comunidades e clãs, que conforme adquirem conhecimento do funcionamento do projeto e a sua importância, passam a apoiá-lo.

Dá, até o pessoal tá dando mais valor, porque até outros clãs estão é de acordo pra aceitar esse projeto, porque no começo eles não ligava muito mesmo, porque não entendia muito qual é o valor, qual é a importância dela né. Então, cada vez mais que tá evoluindo esse trabalho aí. Alguns tá começando a entender também e tá acreditando”. (Luis Mopilabatem, 2010)

É possível cada vez mais aumentar o reconhecimento e o apoio ao projeto em toda terra indígena mesmo com as divergências de ideias ou políticas internas. Tem se discutido nas reuniões do Parlamento o repasse desses conhecimentos às crianças, através da escola. Roberto diz que é necessário ensinar as crianças a partir do reflorestamento “porque hoje em dia o que nasce, não sabe que é um tipo de árvore, né? Talvez é um remédio tradicional, ai eles não sabe, né?” (2010).

O plano é praticar educação tradicional Paiter Suruí nas escolas das aldeias. Para os Paiterey entender que a melhor forma de preservar a cultura é ensinando as crianças desde pequeno sobre os conhecimentos tradicionais e os novos conhecimentos adquiridos. No caso do reflorestamento, sobre a importância da floresta como alimentação, como espaço, como medicina nas escolas. Assim, as

crianças crescem com a educação propriamente dita do seu povo. É isso que fala do Miguel, quando diz, “as maneiras de cuidar o meio ambiente, né? E a gente é, qual a importância da, do reflorestamento pra humanidade, então a gente falava um pouco na área lá, e na volta pra sala de aula a gente estudava assim mais detalhadamente”.

A partir do reflorestamento, o plano é expandir o conhecimento nas escolas regulares, nas escolas indígenas e não-indígenas, até criar uma universidade indígena para indígena e não-indígena, como diz Miguel, “gente incentivar na escola, qual a importância da área pra nós, como que a gente tem que manter ela, essas coisas” (2010).

Durante 43 anos (1969-2012) houve mudança no método de ensinamento dos Paiter Suruí. Antes nossas crianças aprendiam praticando, hoje aprendemos na escola (teoria), isso foi muito claro na fala do Miguel quando diz, “explicar dando aulas, qual que serve pra medicina ao mesmo tempo, assim, porque tem algumas frutas, que era a gente usava tanto pra alimentação, quanto pra medicina né”. Então, reflorestamento também amplia visão na prática de educação na escola para meu povo.

Além de resgatar o conhecimento Paiter Suruí para reflorestamento de nosso território (a exemplo do zoneamento etnoambiental), meu povo também está adquirindo novos conhecimentos, como afirma Miguel: “dentro do reflorestamento a gente não trabalha só pra reflorestar, nós criamos novas experiência” (2010). Reflorestamento não trouxe apenas resgate do próprio conhecimento da nossa cultura, como também estimulou a aquisição de novos conhecimentos, especialmente conhecimentos técnicos, como ressalta Miguel:

porque tem uma espécie de arvores, que não consegue avançar tão rápido, que nem assim, tem espécie que avança muito em uma área aberta, tem outra que num consegue já na área fechada, tem tipo, as arvores que são grande porte, não consegue avançar num mata fechada né, assim na área aberta já avança com mais facilidade (2010).

Principalmente, os jovens Paiter Suruí vêm aprendendo com reflorestamento sobre a importância da floresta para seu povo e para a humanidade.

Em 2005, houve uma capacitação técnica dos parentes, de como plantar, fazer mudas, como podar as plantas para acelerar crescimentos. Sempre há dialogo

na construção do Plano 50 anos Paiter Suruí. Meu povo vê como sendo muito importante reunir os dois conhecimentos, o do povo Paiter Suruí e o científico. O reflorestamento não é uma prática tradicional do meu povo, por isso exige capacitações, como deixa claro Miguel, “na verdade assim o que eles precisa mais é capacitação né, pra trabalhar, porque quando a gente, entra num trabalho que a gente não conhece, agente não tem tanta habilidade pra trabalhar”, além do ensinamento haver acompanhamento “eles precisa também, um acompanhamento de um técnico, estar junto com eles” (2010).

Atualmente não existe mais sobrevivência de um povo indígena independente da cultura “civilizacional”. No reflorestamento, existe prática do conhecimento do povo Paiter Suruí e do conhecimento não-indígena, para traçar diálogo. É necessário que nós indígenas valorizemos os diálogos culturais e conhecimentos para a nossa sustentabilidade como o povo, hoje diferente do que foi no passado.

O campo desses diálogos, a meu ver, é a escola. “Nós temos trabalhando isso na escola. Com muita dificuldade, até por que não temos na comunidade a pessoa mais velha, só tem meu pai, mas ele tem saído muito ultimamente. Não pára” (Tome, 2010). Nossos velhos se acabaram com as epidemias, após o contato. Por isso, há um grande risco de perdermos nossos conhecimentos e cultura por falta dessas pessoas. Mas o desafio é manter a identidade e ao mesmo tempo conviver com a sociedade não-indígena - um convívio que se tornou inevitável, devido à relação desigual de poder entre indígenas e não-indígenas. O reflorestamento parece ser uma forma de estabelecer "uma forma mais equilibrada" de convívio, aprofundando a cultura Paiter Suruí e, ao mesmo tempo, "acompanhar o desenvolvimento da sociedade que não é a nossa" (Miguel, 2010).

### **2.2.3 Dificuldades e conflitos**

Embora o Projeto Pamine tenha se ampliado nesses anos, envolvendo um número cada vez maior de aldeias e clãs, não é toda a população Paiter Suruí que atua e acredita no projeto, por várias razões. Alguns, como afirma Miguel:

porque não é todos pessoas que sabem, é ver, como futuro, que reflorestamento pode trazer pra nós. Porque a maioria viu assim, a

produção rápida assim, de madeira. Então, eles não queria parar pra fazer o trabalho de reflorestamento (2010).

A dependência econômica, a partir do contato, torna muito difícil a mobilização e o convencimento dos Paiter Suruí em torno do projeto de reflorestamento, porque grande parte da população espera e precisa de resultados rápidos, que garantam sua sobrevivência.

A dependência do dinheiro também dificulta a execução das atividades. Muitas vezes fica-se sem plantio, ou roçada, numa área de reflorestamento, porque não se tem pagamento da diária. Ainda que se reconheça a importância da floresta, muitos não querem trabalhar sem remuneração, mesmo que o projeto vise benefício para todos no futuro. Hoje, uma boa parte dos Paiter Suruí espera receber dinheiro pelo trabalho, não se sentindo motivado a trabalhar sem remuneração. Isso é como diz Miguel, “eu acho que a maior dificuldade hoje é a nossa convivência com a sociedade que não é nossa, não consegue acompanhar”, e tentando “preservar a nossa cultura, ao mesmo tempo conviver com uma cultura que não é nossa” (2010).

O processo do reflorestamento é longo e trabalhoso, e a princípio pouco rentável, por isso muitos foram se afastando do projeto. Veja o relato a seguir afirmando isso:

Depois, é um ano depois, dois anos depois, alguns se afastaram um pouco ainda né, porque reflorestar é muito trabalho, né? é muito trabalho, e você ganha, agora no trabalho no processo e muito pouco dinheiro, né?” (Almir Suruí, 2010).

Nos dias de hoje, nós indígenas precisamos conviver com uma forma de vida que não temos costumes, para salvar a nossa identidade cultural e ambiental. Essa é nossa maior dificuldade, de conseguir técnicas de sobrevivência. E por isso somos levados de qualquer forma pelo sistema capitalista dos não-índios. É mais ou menos isso o que tem acontecido na prática do projeto de reflorestamento.

Nestes últimos meses também, no nosso território, têm surgido intensos conflitos de indígena com indígena e de madeireiros com indígena, chegando ao ponto de precisar haver escolta da Força Nacional para proteger o nosso líder maior, Almir Suruí. O conflito gira em torno das pessoas que são a favor do Projeto Pamine, inclusive das pessoas que trabalham diretamente com a pessoa do líder maior, e os que são contra o projeto. No decorrer do projeto, houve grupo de pessoas que no começo eram a favor do projeto, mas que desistiram por tanto medo que tiveram das

peças que iniciaram o conflito e as focas. O clima de tensão nas aldeias, inclusive, dificultou bastante a realização desta pesquisa.

Depois de quase todos os Paiter Suruí terem se envolvido com a venda ilegal de madeira, em 2009, foi possível praticamente paralisar a venda de madeira oriunda da TI Sete de Setembro - apenas um ou duas pessoas seguiram insistindo, como relata Almir na sua entrevista: “assim o Suruí também se envolveram, na venda ilegal de madeira dentro do seu território, né? Conseguimos de paralisar quase 99% disso ano passado”. (2010). Mas, depois desse ano, alguns Paiter Suruí voltaram a praticar novamente a retirada ilegal de madeira.

O envolvimento dos parentes com a venda ilegal de madeira tem duas características, que devem ser consideradas: a necessidade econômica e a disputa política. A necessidade econômica, como já demonstrado na análise das entrevistas, deve-se ao fato do meu povo ter sido introduzido “forçadamente” no sistema capitalista dos não-índios, com o incentivo do Governo Federal, especialmente a FUNAI e, assim, levado a conhecer o valor econômico da floresta: “vender madeira em troca de dinheiro”. A retirada de madeira na TI Sete de Setembro se deu de qualquer forma, sem planejamento ou manejo quanto ao DAP (Diâmetro a Altura do Peito) e sem plano de futuro. Dessa forma, os parentes saem perdendo muito, vendendo muito abaixo do valor o m<sup>3</sup> da madeira para madeireiros, “sem noção do valor correto”. Então, praticamente desde início do contato, a FUNAI ensinou os Paiter Suruí a usarem dinheiro para comprar as coisas que precisamos para viver. Isso também faz os Paiter Suruí ficarem muito despreocupados, deixando as práticas de sustento próprio. Hoje, a maioria dos Paiter Suruí justifica o seu envolvimento com a extração de madeira ilegal pela sobrevivência da família. Porque aprenderam que precisam comprar comida, roupa, calçados e pagar gastos na escola dos filhos. A partir dessa necessidade, surge também o conflito político.

A Associação Metareilá tenta inibir a extração ilegal de madeira, defendendo o uso sustentável do meio ambiente. Os Paiter Suruí, quando são motivados a parar a extração ilegal de madeira, questionam: como vou viver? Sustentar minha família? Muitas das pessoas que são responsáveis pelos projetos têm uma condição socioeconômica melhor, se comparada às demais na aldeia. Isso porque ganham alguma ajuda custo dos projetos. Essa diferença socioeconômica gera desconfianças e críticas. Alguns questionam: não vou deixar de vender madeira,

porque tal fulano está elevando seu nome, fazendo projeto para as comunidades. Posições como essa estão na base de muitos conflitos e críticas dirigidas ao Pamine

Mas numa aldeia existem pessoas que querem seguir com a retirada de madeira ilegal e as que realmente não querem mesmo, por saber da importância da floresta para a saúde, a educação e a vida. As pessoas que aparentemente são contra a extração ilegal de madeira, não são contra propriamente à extração de madeira, mas sim contra a extração de forma ilegal. O próprio projeto de reflorestamento prevê no futuro (daqui 30 a 40 anos) a extração de madeiras plantadas de forma manejada. Muitas vezes a madeira traz conflito da seguinte maneira: o madeireiro vê que outro madeireiro está tirando muita madeira e fala para seu responsável indígena, de quem está comprando, que se extrair pouca madeira ele vai ganhar pouco também. Ou também o madeireiro sugere que o parente vá tirar o seu concorrente da região para que ele possa retirar a madeira no lugar do concorrente, o que alimenta novas brigas entre parentes.

A Associação Metareilá também enfrenta conflitos internos. Pelo projeto de reflorestamento podemos dizer que tem alguns membros que se desligaram ou deixaram de serem membros da mesma, por causa de desentendimento no repasse da ajuda de custo, de diárias aos trabalhadores de campo para o reflorestamento ou por disputas na escolha das comunidades beneficiárias do projeto. No projeto de reflorestamento, via de regra, acontece assim: Associação Metareilá é anfitrião do projeto. Nos primeiros anos de projeto foi beneficiada a Aldeia Lapetanha, onde ficam famílias de pai e mãe do coordenador da associação. Logo no início, todas as pessoas do clã Gamep de várias aldeias se reuniram na Aldeia Lapetanha para fazer trabalho de reflorestamento. Cada pessoa que trabalhou ganhava em torno de R\$30 a R\$40 como diária de trabalho, além do projeto arcar com transporte e alimentação. Essas condições fizeram com que os Paiter Suruí se acostumassem mal. Hoje, quando falam de reflorestamento, os Paiter Suruí pensam em dinheiro. Mas, as aldeias que foram se inserindo no projeto mais recentemente nem sempre podem contar com as mesmas condições, o que dá origem a novos conflitos. Algumas pessoas veem as áreas de reflorestamento como sendo da associação e não querem dar continuidade aos cuidados dessas áreas reflorestadas. Então, uma parte importante das pessoas e comunidades adentraram o projeto, hoje, por

interesse econômico e não pela importância do reflorestamento e pelos benefícios que ele pode trazer no futuro.

O próprio projeto de sequestro de carbono, maior iniciativa atual dos Paiter Suruí com empresas poluidoras nacionais e internacionais, já libera certa renda para as aldeias, pois são pagas diárias pelo reflorestamento de áreas degradadas pela exploração madeireira. Hoje, Associação Metareilá tenta fechar acordo de contrato com a empresa nacional sobre venda de carbono suruí, o que é muito esperado pelo meu povo. Assim, desejo sucesso para repartição do benefício do projeto, para que não crie mais conflito entre Paiter Suruí. Eu tenho medo disso, como parte do povo Paiter Suruí, que pode vir a ser uma referência de reflorestamento em terras indígenas. Nos dias de hoje, meu povo tem uma estrutura política de repartições de benefícios mais correta que tem, o problema ainda é aplicá-lo.

Outro conflito está relacionado à política externa, algumas pessoas querem ser destacadas na sociedade Paiter Suruí, mas o único meio é ser líder do povo e/ou da comunidade. Isso traz disputa de poder, quando se quer benefícios da FUNAI, SESAI, da Prefeitura do Município de Cacoal e da SEDUC.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório apresenta os resultados de pesquisa sobre o Projeto Pamine, que teve como objetivo conhecer a percepção das pessoas que participam da iniciativa sobre a importância do reflorestamento, as principais dificuldades enfrentadas e perspectivas futuras. Também relata brevemente os conflitos gerados, com críticas, resistências e ações contrárias ao projeto entre os próprios Paiter Suruí.

O tema do reflorestamento foi escolhido justamente por que é um dos projetos dos Paiter Suruí na busca por alternativas para os problemas e desafios surgidos após o contato. Essa retomada se deu, principalmente, a partir da iniciativa do clã Gamep, como única saída para preservação ambiental, territorial e cultural, se expandindo em outras aldeias do território.

A análise das entrevistas apontam para os seguintes resultados: a) o contato trouxe grandes mudanças para vida dos Paiter Suruí, mudando o uso da floresta, inclusive no sentido mercantilização da floresta; b) o fator principal da mudança é o desmatamento, que trouxe a diminuição do território, inclusive extinguindo recursos naturais; c) a interação com a sociedade nacional levou os Paiter Suruí a criarem dependência econômica; d) reflorestamento trouxe resgate do próprio conhecimento para alguns dos Paiter Suruí e novo conhecimento que é do não-índio; e) há, por parte de alguns participantes do projeto, o reconhecimento da importância da floresta para saúde, educação, cultura e alternativa de renda; f) mas há também sempre presente a dificuldade de convivência dos Paiter Suruí no dia-a-dia com a cultura ocidentalizada; e g) reconhecimento por parte de alguns Paiter Suruí de que a extração ilegal de madeira é um fator que contribui para a desunião do povo.

Esse relatório apresenta os resultados da pesquisa, mas minhas análises sobre projeto Pamine é de que ele tem contribuído para dialogar com dois mundos, dos Paiter Suruí e do não-índio. Para sustentabilidade do seu povo, os Paiter Suruí precisam desses tipos de ferramentas de diálogo entre as culturas, porque é quase impossível voltar a praticar sua vida como era antes de contato.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAVARESCO, Andréia (Org.) et al. **Pamine: o renascer da floresta**. Brasília: Supernova Design, 2011.
- BRASIL. **Decreto no. 88.867**, de 17 de outubro de 1983.
- CÂNDIDO, F. M. **BR 364: Análise da Sustentabilidade das Medidas Mitigadoras e Compensatórias na TI Colônia 27**. Dissertação de Mestrado, UnB, Brasília-DF, 2012.
- CARDOZO, Ivaneide Bandeira (Org.) et al. **Metodologia de diagnóstico etnoambiental participativo e etnozoneamento em terras indígenas**. Brasília: ACT Brasil, 2010.
- EULER, A et al. **O Fim da Floresta? A devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia**. Grupo de Trabalho Amazonico-GTA-Regional Rondônia, Porto Velho, 2008.
- FUNAI. **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas**. 3ª Edição. FUNAI/CGDOC, Brasília, 2005.
- IEB. **Principais resultados do projeto Garah Itxa 2009-2012**. Redação geral e organização dos textos: Paul Little. Brasília: Supernova Design, 2012.
- KANINDÉ. Relatório Técnico do Diagnóstico Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro no Estado de Rondônia. Terra Indígena Sete de Setembro, Porto Velho, dezembro, 2000.
- METAREILÁ. Plano de ação participativo para o desenvolvimento de uma economia racional e de manejo sustentável dos recursos naturais da Terra Indígena Sete de Setembro. **Pesquisas, consolidação e análise de dados culturais e demográficos**, redação geral e organização dos textos: Maria do Carmo Barcellos. Terra Indígena Sete de setembro, Cacoal, fevereiro de 2010
- \_\_\_\_\_. Projeto Reflorestamento Pamine 2009 à 2011. Terra Indígena Sete de setembro, Cacoal, novembro de 2008.
- MINDLIN, Betty. **Nós Paiter: os Suruí de Rondônia**. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.
- \_\_\_\_\_. Os Suruí da Rondônia: entre a floresta e a colheita. In: **Revista de Antropologia**. n. 27/28, 1984/5, pp. 203-211.
- \_\_\_\_\_. **Vozes da Origem**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- PARLAMENTO Paiter Surui. PARLAMENTO Paiter Surui. 2010. **Carta Maior Paiter**. Cacoal, RO: Mimeo.
- PARLAMENTO. **Segunda Assembléia do Parlamento Surui**. Cacoal, RO: Mimeo, 2012.

PLANO de Gestão Etnoambiental da Terra Indígena Sete de Setembro. Kanindé, Metareilá. Julho, 2009.

SANTOS, Ailton Dias dos (Org.) et al. **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.

**Site:**

<<http://www.institutoyabner.blogspot.com.br/>> Acesso em: 24 de maio de 2013.